

## **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE**

### **Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas**

**4º Trimestre 2020**

## Sumário

1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	3
1.1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	3
1.2. INTRODUÇÃO.....	3
1.3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	3
1.4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS .....	4
2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	8
2.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	8
2.2. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
2.3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	11
2.4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	13
2.5. BALANÇO FINANCEIRO.....	15
2.6. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	17
3. NOTAS EXPLICATIVAS.....	19
3.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	19
3.2. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	36
3.3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	37
3.4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	40
3.5. BALANÇO FINANCEIRO.....	46
3.6. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	46



## **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

### **1.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, refletindo a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração  
Brasília/DF, 25 de janeiro de 2020

Jomar Vieira de Araújo  
CRC nº 8464/0-5

Contador do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE

### **1.2 INTRODUÇÃO**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE é uma Autarquia Federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, tendo como missão institucional executar políticas educacionais do Ministério da Educação/MEC. A Autarquia está sediada no endereço, Setor Bancário Sul Q. 2 - Asa Sul, Brasília - DF, Cep. 70297-400.

O Direito à Educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 - CF/88 e, neste sentido, o FNDE assume papel relevante nas fases de implementação e execução das políticas públicas educacionais, em especial, na educação básica da rede pública, haja vista sua missão de prestar assistência técnica e financeira com repasses de recursos constitucionais, legais e voluntários aos entes federados.

Relatório de Gestão FNDE 2019

### **1.3 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE foram elaboradas observando as normas vigentes no Brasil, Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 – LRF, Decreto Lei 200/1967 – Decreto 93.872/1986, Lei 10.180/2001, e as NBCASP (*Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade*): NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 21; NBC T 16.7 e NBC T 16.11*); as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no

Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (macrofunções).

As Notas Explicativas do FNDE foram compostas pelos seguintes demonstrativos: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Orçamentário (BO); Balanço Financeiro (BF); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

#### **1.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS**

O FNDE adota os critérios contábeis baseados nas normas contábeis estabelecidas pelo PCASP:

**a) Moeda funcional**

A moeda funcional do FNDE é o Real.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa na Conta Única do Tesouro Nacional, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. *Manual Siafi, macrofunção: 02.03.05 - Conta Única do Tesouro Nacional.*

**c) Créditos a curto e longo prazo**

Compreendem os direitos a receber decorrentes de créditos não tributários, transferências concedidas, empréstimos concedidos (Fies), adiantamentos e valores a compensar, entre outros. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. O ajuste para perdas é calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber. No âmbito do FNDE, esse grupo compreende, em sua grande maioria, aos empréstimos e financiamentos a receber relativos ao FIES, créditos a receber, depósitos e valores restituíveis (cauções, depósitos judiciais), títulos a receber do Tesouro Nacional relativos ao FIES e recompra de títulos das mantenedoras das IES. *Manual Siafi, macrofunções 02.03.37: Créditos a Receber – Clientes; 02.03.38: Créditos Oriundos de Transferências a Receber – Doações; 02.03.39: Créditos Decorrentes de Empréstimos e Financiamentos Concedidos; 02.03.41: Créditos a Receber – Tributos a Recuperar ou Compensar; 02.03.42: Ajustes para Perdas Estimadas; 02.11.12: Dívida Ativa da União; 02.11.38: Diversos Responsáveis;*

**d) Estoques**

Compreendem o almoxarifado (material de consumo) e adiantamento a fornecedores. Compreendem também, ativos mantidos para distribuição no curso normal das operações ou no processo de produção, incluindo, por exemplo, livros didáticos para doação a escolas.

Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

A normatização dos procedimentos contábeis relativos aos estoques foi elaborada com base na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 04 – Estoques, do Conselho Federal de Contabilidade, observando

também a International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) 12 – Inventories, do International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) e legislação brasileira quando aplicável.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª Edição

**e) Ajuste para perdas da dívida ativa**

Os critérios de reconhecimento dos créditos e respectivo ajuste para perdas estão descritos no Manual Siafi, macrofunção 02.11.12 (Dívida Ativa da União). A gestão administrativa e judicial dos créditos das autarquias e funções públicas é da Procuradoria-Geral Federal (PGF);

**f) Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção e ficam sujeitos à depreciação ou amortização, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros, conforme características de cada Ativo. Os procedimentos contábeis estão descritos no Manual Siafi macrofunção 02.03.30 e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

**g) Depreciação de bens móveis e intangíveis**

A base de cálculo para contabilização da depreciação e da amortização é o custo do ativo imobilizado. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional e o método utilizado é o das **quotas constantes**. *Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fundações.*

**h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. O valor depreciado dos bens imóveis do MEC é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão utilizando-se o Método da Parábola de *Kuentzle*, e o registro no Siafi é feito pela CCONT/STN, conforme *Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.30 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund.*

**i) Intangíveis**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

**j) Empréstimos e Financiamentos**

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, segregadas em dívida mobiliária (títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios:

- *Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi)*: compreende os títulos do FIES adquiridos pelo FNDE do Tesouro Nacional destinados às mantenedoras das IES, tendo como agente financeiro, a partir de 2018, a Caixa Econômica Federal;
- *Dívida Pública Federal Externa (DPFe)*: é avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.
- Em 2018, o MEC efetuou operação de crédito externa com o Banco Interamericano para o Desenvolvimento e Reconstrução – BIRD, no total de US\$ 250 milhões, para Reestruturação do Novo Ensino Médio – Tempo Integral (Lei nº 13.415/2017). Embora os recursos sejam destinados ao MEC/FNDE, o empréstimo é registrado no balanço patrimonial do Tesouro Nacional, instituição signatária de empréstimos externos contraídos pela União.

#### **k) Provisões**

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; e (v) outras. São reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São reavaliadas na data das demonstrações contábeis pelo montante provável da perda. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, são registradas em conformidade com a *Portaria da Advocacia-Geral da União – AGU n. 40, de 10 de fevereiro de 2015, e a Portaria Conjunta STN/PGF, n. 8 de 30 de dezembro de 2015. Manual Siafi, Macrofunção 02.03.36 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.*

#### **l) Apuração do Resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

##### **I. Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e



às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

## II. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

## III. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da TCU.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

## 2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>28.249.856.820,15</b>	<b>19.938.402.817,52</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>8.999.766.314,62</b>	<b>7.491.620.179,11</b>
<b>Créditos a Curto Prazo</b>	<b>19.248.269.078,18</b>	<b>3.138.273.126,93</b>
Créditos Tributários a Receber	198.100,90	198.100,90
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	3.887.598.628,48	3.301.561.606,08
Demais Créditos e Valores	16.246.380.241,52	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-885.907.892,72	-163.486.580,05
<b>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</b>	<b>-</b>	<b>9.308.242.741,09</b>
<b>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Estoques</b>	<b>1.813.233,24</b>	<b>258.576,28</b>
<b>Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VPDs Pagas Antecipadamente</b>	<b>8.194,11</b>	<b>8.194,11</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>91.714.830.621,56</b>	<b>94.571.403.459,67</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>91.565.684.913,05</b>	<b>94.421.645.823,52</b>
Créditos a Longo Prazo	88.545.761.056,58	89.867.725.162,74
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	112.916.711.418,03	106.096.123.316,40
Dívida Ativa Não Tributária	990.925.628,55	990.925.628,55
Demais Créditos e Valores	1.383.672.693,22	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-26.745.548.683,22	-17.219.323.782,21
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	972.561.225,55
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	3.019.923.856,47	3.581.359.435,23
Estoques	-	-
<b>Investimentos</b>	<b>22,40</b>	<b>22,40</b>
Participações Permanentes	0,09	0,09
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	0,09	0,09
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	22,31	22,31
Demais Investimentos Permanentes	22,31	22,31
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>144.753.826,12</b>	<b>149.513.156,82</b>
Bens Móveis	20.620.587,80	24.761.239,78
Bens Móveis	20.620.587,80	24.761.239,78
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-



(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	124.133.238,32	124.751.917,04
Bens Imóveis	136.043.539,12	135.599.554,92
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-11.910.300,80	-10.847.637,88
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
<b>Intangível</b>	<b>4.391.859,99</b>	<b>244.456,93</b>
Softwares	4.391.674,99	244.456,93
Softwares	16.217.907,62	10.602.854,62
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-11.826.232,63	-10.358.397,69
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	185,00	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	185,00	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>119.964.687.441,71</b>	<b>114.509.806.277,19</b>

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>7.529.861.680,42</b>	<b>6.619.759.196,68</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	16.356.087,86	11.492.352,55
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.132.898,58	2.677.848,89
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.615,33	1.615,33
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	7.141.278.259,11	6.223.474.174,23
Demais Obrigações a Curto Prazo	368.092.819,54	382.113.205,68
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.180.719,66</b>	<b>437.669,58</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	997.660,39	427.099,82
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	2.183.059,27	10.569,76
Resultado Diferido	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>7.533.042.400,08</b>	<b>6.620.196.866,26</b>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNEDE - 26298  
DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN  
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CONTÁBEIS - CORAC

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	-	-
<b>Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)</b>	-	-
<b>Reservas de Capital</b>	-	-
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	-	-
<b>Reservas de Lucros</b>	-	-
<b>Demais Reservas</b>	-	-
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>112.431.645.041,63</b>	<b>107.889.609.410,93</b>
Resultado do Exercício	730.185.377,59	4.433.124.901,01
Resultados de Exercícios Anteriores	107.889.609.410,93	102.549.279.171,36
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.811.850.253,11	907.205.338,56
<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>112.431.645.041,63</b>	<b>107.889.609.410,93</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>119.964.687.441,71</b>	<b>114.509.806.277,19</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>8.999.766.314,62</b>	<b>7.491.620.179,11</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>17.576.714.910,76</b>	<b>20.520.342.133,29</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>110.964.921.127,09</b>	<b>107.018.186.098,08</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>7.352.612.445,44</b>	<b>6.425.379.993,78</b>
			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>95.035.360.085,51</b>	<b>87.564.084.150,12</b>

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>383.453.112,48</b>	<b>366.824.200,90</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>6.642.597.104,96</b>	<b>7.595.155.932,54</b>
Atos Potenciais Ativos	383.453.112,48	366.824.200,90	Atos Potenciais Passivos	6.642.597.104,96	7.595.155.932,54
Garantias e Contragarantias Recebidas	144.637.455,73	131.389.578,38	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	108.959.473,65	105.578.439,42	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	2.340.043.707,48	2.248.442.877,21
Direitos Contratuais	129.856.183,10	129.856.183,10	Obrigações Contratuais	4.302.553.397,48	5.346.713.055,33
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>383.453.112,48</b>	<b>366.824.200,90</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.642.597.104,96</b>	<b>7.595.155.932,54</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-5.197.102.958,98</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-3.379.845.637,16</b>
Educação	-1.139.051.597,30
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-71.876,52
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-582.824.452,25
Transferências Constitucionais e Legais	-2.951.830.790,37
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.293.933.079,28
<b>TOTAL</b>	<b>-8.576.948.596,14</b>

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO/DMPL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019	-	-	-	-	-	102.549.279.171,36	-	-	102.549.279.171,36
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	907.205.338,56	-	-	907.205.338,56
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	4.433.124.901,01	-	-	4.433.124.901,01
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2019	-	-	-	-	-	107.889.609.410,93	-	-	107.889.609.410,93

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	107.889.609.410,93	-	-	107.889.609.410,93
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	3.816.242.688,42	-	-	3.816.242.688,42
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	111.705.852.099,35	-	-	111.705.852.099,35

## 2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS/DVP

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>82.422.177.905,52</b>	<b>92.058.548.225,36</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	<b>21.085.809.558,22</b>	<b>21.977.495.678,82</b>
Contribuições Sociais	21.085.809.558,22	21.977.495.678,82



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE - 26298**  
**DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN**  
**COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CONTÁBEIS - CORAC**

Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>8.633.543.154,79</b>	<b>4.153.009.945,39</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.105.914.751,10	2.665.019.075,85
Juros e Encargos de Mora	176.561.738,42	135.601.068,98
Variações Monetárias e Cambiais	652.451.822,59	679.838.429,21
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	698.614.842,68	672.551.371,35
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>45.367.684.414,67</b>	<b>56.407.510.355,03</b>
Transferências Intragovernamentais	45.367.684.414,67	56.407.510.355,03
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Realização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>6.863.795.003,13</b>	<b>8.963.705.376,00</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.845.544.412,72	8.741.933.188,21
Ganhos com Desincorporação de Passivos	18.250.590,41	221.772.187,79
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>471.345.774,71</b>	<b>556.826.870,12</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	96.589.887,08	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	374.755.887,63	556.826.870,12
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>81.691.992.527,93</b>	<b>87.625.423.324,35</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>150.840.979,21</b>	<b>153.753.435,94</b>
Remuneração a Pessoal	133.756.220,39	135.313.942,25
Encargos Patronais	13.832.525,88	12.970.328,74
Benefícios a Pessoal	2.977.843,84	4.898.301,67
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	274.389,10	570.863,28
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>9.654.670,68</b>	<b>8.384.299,91</b>
Aposentadorias e Reformas	7.982.061,23	8.337.326,67
Pensões	145.673,89	46.973,24
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.526.935,56	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>1.951.098.988,21</b>	<b>2.183.918.000,29</b>
Uso de Material de Consumo	236.989,56	309.306,55
Serviços	1.941.647.144,70	2.164.716.434,98
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.214.853,95	18.892.258,76
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>890.473.800,15</b>	<b>239.036.678,46</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	743.159.534,92	239.031.766,04
Descontos Financeiros Concedidos	1.362.256,79	4.912,42



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE - 26298**  
**DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN**  
**COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CONTÁBEIS - CORAC**

Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	145.952.008,44	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>61.398.323.372,00</b>	<b>68.618.312.990,32</b>
Transferências Intragovernamentais	24.793.144.096,97	32.580.484.737,16
Transferências Intergovernamentais	35.546.590.399,20	35.441.384.802,85
Transferências a Instituições Privadas	39.173.189,42	595.934.599,72
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.019.415.686,41	508.850,59
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>10.344.889.603,26</b>	<b>9.828.477.598,41</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	10.334.786.234,03	9.542.960.759,31
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	5.786.613,20	206.955.187,06
Desincorporação de Ativos	4.316.756,03	78.561.652,04
<b>Tributárias</b>	<b>21.676.543,54</b>	<b>18.197.616,67</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	174.018,33	-
Contribuições	21.502.525,21	18.197.616,67
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>6.925.034.570,88</b>	<b>6.575.342.704,35</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	352.942.455,11	447.142.440,12
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	6.571.656.371,08	6.126.884.287,15
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	435.744,69	1.315.977,08
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>730.185.377,59</b>	<b>4.433.124.901,01</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>

## 2.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>24.155.036.835,00</b>	<b>24.155.036.835,00</b>	<b>23.759.744.257,86</b>	<b>-395.292.577,14</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	<b>22.710.661.874,00</b>	<b>22.710.661.874,00</b>	<b>21.260.081.941,47</b>	<b>-1.450.579.932,53</b>
Contribuições Sociais	22.710.661.874,00	22.710.661.874,00	21.260.081.941,47	-1.450.579.932,53
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNEDE - 26298  
DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN  
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CONTÁBEIS - CORAC

<b>Receita Patrimonial</b>	<b>312.747.692,00</b>	<b>312.747.692,00</b>	<b>549.436.938,56</b>	<b>236.689.246,56</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	312.747.692,00	312.747.692,00	549.436.938,56	236.689.246,56
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>729.194.441,00</b>	<b>729.194.441,00</b>	<b>1.363.619.014,39</b>	<b>634.424.573,39</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	729.194.441,00	729.194.441,00	1.363.619.014,39	634.424.573,39
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>402.432.828,00</b>	<b>402.432.828,00</b>	<b>586.606.363,44</b>	<b>184.173.535,44</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	16.357.986,00	16.357.986,00	269.685.418,12	253.327.432,12
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	386.066.742,00	386.066.742,00	316.643.774,00	-69.422.968,00
Demais Receitas Correntes	8.100,00	8.100,00	277.171,32	269.071,32
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.196.142.629,00</b>	<b>3.196.142.629,00</b>	<b>1.887.666.175,21</b>	<b>-1.308.476.453,79</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>599.631.384,00</b>	<b>599.631.384,00</b>	-	<b>-599.631.384,00</b>
Operações de Crédito Internas	566.631.384,00	566.631.384,00	-	-566.631.384,00
Operações de Crédito Externas	33.000.000,00	33.000.000,00	-	-33.000.000,00
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	<b>2.596.511.245,00</b>	<b>2.596.511.245,00</b>	<b>1.887.666.175,21</b>	<b>-708.845.069,79</b>
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>27.351.179.464,00</b>	<b>27.351.179.464,00</b>	<b>25.647.410.433,07</b>	<b>-1.703.769.030,93</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
<b>Contratual</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>27.351.179.464,00</b>	<b>27.351.179.464,00</b>	<b>25.647.410.433,07</b>	<b>-1.703.769.030,93</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>22.284.366.241,68</b>	<b>22.284.366.241,68</b>
<b>TOTAL</b>	<b>27.351.179.464,00</b>	<b>27.351.179.464,00</b>	<b>47.931.776.674,75</b>	<b>20.580.597.210,75</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO</b>	-	-	-	-
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO</b>	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNE - 26298**  
**DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN**  
**COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CONTÁBEIS - CORAC**

DESPESAS CORRENTES	42.148.090.558,00	40.585.823.211,00	39.187.387.143,51	31.954.645.876,10	31.940.218.893,61	1.398.436.067,49
Pessoal e Encargos Sociais	154.202.731,00	157.877.417,00	154.188.918,86	154.174.444,92	144.784.020,25	3.688.498,14
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	41.993.887.827,00	40.427.945.794,00	39.033.198.224,65	31.800.471.431,18	31.795.434.873,36	1.394.747.569,35
DESPESAS DE CAPITAL	11.836.980.390,00	11.542.851.498,00	8.744.389.531,24	5.728.440.423,59	5.728.440.423,59	2.798.461.966,76
Investimentos	2.476.684.379,00	2.182.337.562,00	2.172.497.081,35	640.774.241,11	640.774.241,11	9.840.480,65
Inversões Financeiras	9.360.296.011,00	9.360.513.936,00	6.571.892.449,89	5.087.666.182,48	5.087.666.182,48	2.788.621.486,11
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>53.985.070.948,00</b>	<b>52.128.674.709,00</b>	<b>47.931.776.674,75</b>	<b>37.683.086.299,69</b>	<b>37.668.659.317,20</b>	<b>4.196.898.034,25</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>53.985.070.948,00</b>	<b>52.128.674.709,00</b>	<b>47.931.776.674,75</b>	<b>37.683.086.299,69</b>	<b>37.668.659.317,20</b>	<b>4.196.898.034,25</b>
<b>TOTAL</b>	<b>53.985.070.948,00</b>	<b>52.128.674.709,00</b>	<b>47.931.776.674,75</b>	<b>37.683.086.299,69</b>	<b>37.668.659.317,20</b>	<b>4.196.898.034,25</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	792.429.700,75	6.817.094.200,57	5.561.961.385,74	5.561.961.385,74	383.138.173,99	1.664.424.341,59
Pessoal e Encargos Sociais	261.092,04	3.756.092,17	37.893,94	37.893,94	261.092,04	3.718.198,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	792.168.608,71	6.813.338.108,40	5.561.923.491,80	5.561.923.491,80	382.877.081,95	1.660.706.143,36
DESPESAS DE CAPITAL	6.746.838.107,81	5.969.163.251,68	1.150.926.519,61	1.150.926.519,61	6.081.904.600,41	5.483.170.239,47
Investimentos	1.143.205.394,13	2.522.060.486,09	790.322.390,73	790.322.390,73	481.811.270,30	2.393.132.219,19
Inversões Financeiras	5.603.632.713,68	3.447.102.765,59	360.604.128,88	360.604.128,88	5.600.093.330,11	3.090.038.020,28
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.539.267.808,56</b>	<b>12.786.257.452,25</b>	<b>6.712.887.905,35</b>	<b>6.712.887.905,35</b>	<b>6.465.042.774,40</b>	<b>7.147.594.581,06</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.774.656,33	13.544.989,16	13.287.942,54	3.517,91	6.028.185,04
Pessoal e Encargos Sociais	-	9.976.388,05	9.976.388,05	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.774.656,33	3.568.601,11	3.311.554,49	3.517,91	6.028.185,04
DESPESAS DE CAPITAL	151.927.693,18	2.118.541,15	13.004.326,11	-	141.041.908,22
Investimentos	151.053.901,09	419.536,37	12.956.439,75	-	138.516.997,71
Inversões Financeiras	873.792,09	1.699.004,78	47.886,36	-	2.524.910,51
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>157.702.349,51</b>	<b>15.663.530,31</b>	<b>26.292.268,65</b>	<b>3.517,91</b>	<b>147.070.093,26</b>

## 2.5 BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias Ordinárias	25.647.410.433,07	26.134.126.486,78
	-	-



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE - 26298**  
**DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN**  
**COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CONTÁBEIS - CORAC**

<b>Vinculadas</b>	<b>24.199.183.974,11</b>	<b>24.818.079.349,71</b>
Educação	8.348.304.588,32	9.048.324.124,18
Previdência Social (RPPS)	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	11.691.486.792,50	12.472.920.572,85
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.010.746.465,40	3.296.834.652,68
Recursos a Classificar	148.646.127,89	
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	<b>1.448.226.458,96</b>	<b>1.316.047.137,07</b>
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>45.367.684.414,67</b>	<b>56.407.510.355,03</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	40.014.258.686,44	53.620.201.263,47
Repasso Recebido	36.250.292.562,06	43.781.917.899,56
Sub-repasso Recebido	3.763.966.124,38	9.838.283.363,91
Independentes da Execução Orçamentária	5.353.425.728,23	2.787.309.091,56
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.110.547.438,32	4.067.945.606,43
Demais Transferências Recebidas	8.721.263,89	11.809.798,79
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-1.765.842.973,98	-1.292.446.313,66
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>11.492.468.560,61</b>	<b>15.082.107.304,83</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	14.426.982,49	15.236.647,32
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.248.690.375,06	12.786.257.452,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.229.241.853,10	2.280.605.040,74
Outros Recebimentos Extraorçamentários	109.349,96	8.164,52
Restituições a Pagar	75.059,71	8.164,52
Demais Recebimentos	34.290,25	
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>7.491.620.179,11</b>	<b>4.968.779.981,40</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40
<b>TOTAL</b>	<b>89.999.183.587,46</b>	<b>102.592.524.128,04</b>

**DISPÊNDIOS**

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>47.931.776.674,75</b>	<b>56.394.563.502,38</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>14.038.922.807,39</b>	<b>24.520.815.944,20</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>33.892.853.867,36</b>	<b>31.873.747.558,18</b>
Educação	9.111.641.569,82	10.122.956.366,41
Seguridade Social (Exceto Previdência)	33.332.865,62	7.320.000,00
Previdência Social (RPPS)	27.202.056,83	28.617.324,34
Receitas Financeiras		689.116.739,80
Dívida Pública	798.859.832,01	248.484.066,28
Transferências Constitucionais e Legais	13.626.397.124,00	12.973.328.408,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	10.295.420.419,08	7.803.924.653,35
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>24.793.157.279,92</b>	<b>32.580.484.037,16</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	4.474.749.911,08	10.590.405.027,83
Repasso Concedido	702.037.670,73	654.644.567,65
Sub-repasso Concedido	3.763.966.124,38	9.838.283.363,91
Repasso Devolvido	8.746.115,97	97.477.096,27
Independentes da Execução Orçamentária	20.318.407.368,84	21.990.079.009,33
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	535.498.902,49	809.876.452,48
Demais Transferências Concedidas	10.991.812,87	2.332.503,00
Movimento de Saldos Patrimoniais	19.771.916.653,48	21.177.870.053,85
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>8.274.483.318,17</b>	<b>6.125.856.409,39</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	26.292.268,65	19.859.571,99
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.712.887.905,35	3.598.497.213,82





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FND - 26298**  
**DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN**  
**COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CONTÁBEIS - CORAC**

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.231.837.793,98	2.288.512.452,06
Outros Pagamentos Extraorçamentários	303.465.350,19	218.987.171,52
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	303.465.350,19	218.986.471,52
Demais Pagamentos		700,00
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>8.999.766.314,62</b>	<b>7.491.620.179,11</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.999.766.314,62	7.491.620.179,11
<b>TOTAL</b>	<b>89.999.183.587,46</b>	<b>102.592.524.128,04</b>

**2.6 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA/DFC**

	2020	2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>4.665.757.798,33</b>	<b>8.223.576.614,50</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>70.356.779.875,59</b>	<b>83.200.598.818,52</b>
<b>Receita Tributária</b>	-	-
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>21.260.081.941,47</b>	<b>22.104.574.234,86</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>1.353.953,15</b>	<b>1.412.073,83</b>
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-
<b>Receita de Serviços</b>	<b>1.363.619.014,39</b>	<b>1.118.175.329,86</b>
<b>Remuneração das Disponibilidades</b>	<b>548.082.985,41</b>	<b>663.249.380,44</b>
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>586.606.363,44</b>	<b>625.064.239,24</b>
<b>Transferências Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>46.597.035.617,73</b>	<b>58.688.123.560,29</b>
Ingressos Extraorçamentários	1.229.241.853,10	2.280.605.040,74
Restituições a Pagar	75.059,71	8.164,52
Transferências Financeiras Recebidas	45.367.684.414,67	56.407.510.355,03
Demais Recebimentos	34.290,25	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-65.691.022.077,26</b>	<b>-74.977.022.204,02</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-3.231.679.161,06</b>	<b>-2.286.082.254,70</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-17.350,00
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-70.373.098,77	-68.894.982,65
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-3.161.306.062,29	-2.217.169.922,05
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNEDE - 26298  
DIRETORIA FINANCEIRA – DIFIN  
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE E REGISTROS CONTÁBEIS - CORAC

Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-36.130.882.492,11</b>	<b>-37.602.956.288,58</b>
Intergovernamentais	-35.525.527.412,97	-35.432.419.445,41
A Estados e/ou Distrito Federal	-12.336.997.337,80	-12.158.224.578,69
A Municípios	-23.188.530.075,17	-23.274.194.866,72
Intragovernamentais	-571.335.653,16	-2.152.881.908,81
Outras Transferências Concedidas	-34.019.425,98	-17.654.934,36
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-26.328.460.424,09</b>	<b>-35.087.983.660,74</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-1.231.837.793,98	-2.288.512.452,06
Transferências Financeiras Concedidas	-24.793.157.279,92	-32.580.484.037,16
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-303.465.350,19	-218.986.471,52
Demais Pagamentos	-	-700,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-3.157.611.662,82</b>	<b>-5.700.736.416,79</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.887.666.175,21</b>	<b>1.621.651.228,55</b>
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.887.666.175,21	1.621.651.228,55
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-5.045.277.838,03</b>	<b>-7.322.387.645,34</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.455.688,31	-1.294.880,59
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-5.037.207.096,72	-7.315.681.477,91
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.615.053,00	-5.411.286,84
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>1.508.146.135,51</b>	<b>2.522.840.197,71</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>7.491.620.179,11</b>	<b>4.968.779.981,40</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>8.999.766.314,62</b>	<b>7.491.620.179,11</b>

### **3. NOTAS EXPLICATIVAS**

#### **3.1. BALANÇO PATRIMONIAL**

##### **3.1.1 ATIVO CIRCULANTE**

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial verifica-se que houve aumento de cerca de 41,69% no ativo circulante, ocasionado principalmente pelo aumento de 55% do item Créditos a Curto Prazo. Com o referido aumento, o ativo circulante passou a representar, em análise vertical, 23,55% do total do ativo.

Observa-se que dentro deste grupo os itens mais significativos foram: Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo e Estoques.

##### **3.1.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa**

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” é composto por numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda. Este item apresentou em sua avaliação horizontal no Balanço Patrimonial um aumento de 20,13%. Ressalta-se que este item passou a representar 7,5% do total do ativo circulante.

##### **3.1.1.2. Créditos a Curto Prazo**

O grupo “Créditos a Curto Prazo” é composto por direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Este item apresentou em sua avaliação horizontal no Balanço Patrimonial um acréscimo de 55%. Cabe ressaltar que este item passou a representar 16,05% do total do ativo circulante. Ressalta-se que o referido acréscimo foi impulsionado, principalmente, pelo item “Demais Créditos e valores a Curto Prazo”, que por sua vez, apresentou aumento significativo de 67%.

Ainda, cabe mencionar o subitem “Empréstimos e Financiamentos Concedidos” que apresentou aumento de cerca de 18% em sua avaliação horizontal, influenciando no acréscimo do item em referência.

##### **3.1.1.3. Estoques**

Compreendem o almoxarifado (material de consumo) e adiantamento a fornecedores. Compreendem também, ativos mantidos para distribuição no curso normal das operações ou no processo de produção, incluindo, por exemplo, livros didáticos para doação a escolas.

Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Conforme análise horizontal do Balanço Patrimonial observa-se que este item apresentou um aumento bastante significativo de 601,24%, ocasionado pelos registros pertinentes a fim de promover o fornecimento de livros didáticos destinados aos alunos e professores das escolas públicas, em atendimento ao Programa Nacional do Livro Didático/PNLD.

### 3.1.2. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Em análise do Balanço Patrimonial verifica-se que houve uma redução no ativo não circulante, equivalente a 3,02% em análise horizontal, ocasionado pela redução de 3,02% do item “Ativo Realizável a Longo Prazo”. Cabe acrescentar que o ativo não circulante passou a representar 76,45% do total do ativo.

Observa-se que dentro deste grupo os itens mais significativos foram: Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo, Softwares, Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, Bens Móveis e Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo, conforme demonstrado abaixo:

<b>Ativos não circulante mais significativos</b>	<b>AH%</b>
Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	55,32
Softwares	52,96
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	42,27
Bens móveis	-16,72
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-15,68

A conta de “Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo” apresentou acréscimo de 55,32% devido a atualização dos contratos do FIES com vencimento final de amortização acima de 12 meses. A tabela abaixo demonstra o comparativo e análise horizontal da referida conta:

Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AH%</b>
	(26.745.548.683,22)	(17.219.323.782,21)	55,32

No que tange à conta de “Softwares”, observa-se o aumento de 52,96%, em razão de atualizações pelo setor de patrimônio após registros pertinentes, bem como registros de amortização acumulada.

Com relação à conta “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo”, verifica-se acréscimo de cerca de 42% em razão de emissão de guia de recolhimento da União, referente à aquisição de certificados financeiros do tesouro, relativos à concessão de financiamentos do FIES. Ressalta-se que a movimentação ocorre dentro da nova UG do FIES.

Sobre o item “Bens Móveis”, verifica-se redução de 16,72%, tendo em vista que os seus subitens apresentaram decréscimos, conforme demonstrado na tabela abaixo, em razão de lançamentos referentes à depreciação:

Mês Lançamento	<b>DEZ/2020</b>	<b>DEZ/2019</b>
----------------	-----------------	-----------------

CCon - Item (6)	Saldo - R\$	Saldo - R\$	%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.132.578,84	2.609.997,61	-18,29
Bens de Informática	13.186.253,40	15.078.190,82	-12,55
Móveis e Utensílios	4.381.063,43	5.908.415,79	-25,85
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	684.327,31	860.935,67	-20,51
Veículos	148.730,83	186.672,26	-20,33
Demais Bens Móveis	87.633,99	117.027,63	-25,12
Depreciação / Amortização Acumulada	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>20.620.587,80</b>	<b>24.761.239,78</b>	<b>-16,72</b>

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao)

Quanto à conta de “Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo”, verifica-se que ocorreu uma redução de 15,68% em razão de atualizações na conta de “Títulos Públicos – Mercado Aberto”.

Por fim, cabe relatar a respeito da conta de “Empréstimos e Financiamentos Concedidos LP”, que trata do financiamento do FIES. Este item apesar de apresentar aumento percentual baixo, 6,43%, em valores monetários demonstrou aumento expressivo de R\$ 6.820.588.101,63 em razão emissão de certificados financeiros do tesouro cft-e relacionado a encargos educacionais dos contratos do FIES.

### 3.1.3. PASSIVO CIRCULANTE

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial verifica-se que houve um acréscimo de 13,75% no passivo circulante, ocasionado principalmente pelo aumento de 14,75% do item Provisões a Curto Prazo.

Observa-se que a conta de provisões apresentou no final do 4º trimestre o saldo de R\$ 7.141.278.259,11 bilhões referente a: Provisão PNLD/2021, no valor de R\$ 889.210.337,25; Provisão Salário Educação/2021, no valor de R\$ 2.951.830.790,37; Provisão FUNDEB/2021, no valor de R\$ 2.730.615.243,46; Provisão para serviços de terceiros (taxas bancárias FIES), no valor de R\$ 83.468.554,44; e Provisões para quotas estadual e municipal do Salário Educação (13º parcela da complementação da União ao FUNDEB/2020 e ajuste da complementação da União ao FUNDEB/2020, no valor de R\$ 367.393.114,61 milhões; Provisão para PNLD/2020, no valor de R\$ 118.760.218,98 milhões.

Cabe ressaltar que o aumento percentual demonstrado no quadro abaixo é justificado, principalmente, pelos registros referentes às Provisões para o exercício de 2021, conforme informações das áreas responsáveis.

#### Provisões – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	%
--	------------	------------	---

Provisões a Curto Prazo	7.141.278.259,11	6.223.474.174,23	14,75
<b>Total</b>	<b>7.141.278.259,11</b>	<b>6.223.474.174,23</b>	<b>14,75</b>

Fonte: SIAFI, 2019/2020, Tesouro Gerencial

Dentro do passivo circulante cabe observar ainda, os itens “Encargos Sociais a Pagar”, “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo”, “Valores Restituíveis” e “Outras Obrigações a Curto Prazo”, conforme demonstrado a seguir:

<b>Passivos circulantes mais significativos</b>	<b>AH%</b>
Encargos Sociais a Pagar	291,60
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	54,34
Valores Restituíveis	-35,5
Outras Provisões	14,75

O item “Encargos Sociais a Pagar” apresentou aumento bastante significativo de 291,60%, em razão do aumento de recursos previdenciários ocasionado por recolhimentos de GPS do FIES.

No que tange ao item “Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo”, verifica-se aumento relevante de 54,34% em análise horizontal.

Em 31/12/2020, a conta “fornecedores e contas a pagar” apresentou o saldo de R\$ 4.132.898,58 referente aos valores apropriados e não pagos até o fechamento do mês, o que resultou em um percentual de 54,34% em análise horizontal, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Mês Lançamento	DEZ/2020	DEZ/2019	
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	%
Curto Prazo	4.132.898,58	2.677.848,89	54,34
Nacionais	4.132.898,58	2.677.848,89	54,34
<b>Total</b>	<b>4.132.898,58</b>	<b>2.677.848,89</b>	<b>54,34</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020; Tesouro Gerencial.

Observa-se que o montante mais expressivo no valor de R\$ 2.507.260,49, refere-se aos recursos apropriados a fim de atender à liquidação de Notas Fiscais referentes a serviços de apoio administrativo a fim de atender às necessidades da Autarquia, conforme contrato nº 10/2016, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a Empresa SERVEGEL - APOIO ADM. E SUPORTE OPERACIONAL, CNPJ nº 01.608.603/0001-33.

Quanto ao item “Valores Restituíveis”, verifica-se redução de 35,5% em análise horizontal, ocasionada principalmente, pelo decréscimo de cerca de 60% no item “Depósito de Títulos do FIES/PROIES” o qual se refere a resgate de Títulos do FIES e impostos e contribuições diversos devidos ao Tesouro.

	DEZ/2020	DEZ/2019	%
DEPOSITO DE TITULOS DO FIES/PROIES	6.052.916,27	15.009.475,32	59,67

### **3.1.4. PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial observa-se que houve um acréscimo bastante relevante de 626,74% no passivo não circulante, ocasionado principalmente pelo aumento bastante expressivo de 20553,82%

do item “Outras Obrigações a Longo Prazo”. Apesar do referido aumento, em valores monetários apresentou acréscimo pouco expressivo de R\$ 2.172.489,51, relativo a “precatórios de terceiros”.

Outro item que merece menção é “Pessoal a Pagar”, o qual demonstrou aumento de 90,82% em análise horizontal, em razão de registros referentes a “precatórios de pessoal”.

### 3.1.5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial, bem como à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do FNDE apresentou um aumento de 4,21% em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo aumento percentual de 41,69% do ativo circulante desta Autarquia, o que resultou em um saldo de R\$ 112.431.645.041,63 na conta de Resultados Acumulados.

Cabe acrescentar que o referido acréscimo no ativo circulante foi ocasionado, principalmente, pelo aumento de 55% do item Créditos a Curto Prazo.

A tabela abaixo demonstra os itens mais relevantes dentro do PL:

	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.811.850.253,11	907.205.338,56	320,18
Resultado do Exercício	730.185.377,59	4.433.124.901,01	-83,53
Resultados de Exercícios Anteriores	107.889.609.410,93	102.549.279.171,36	5,21
<b>TOTAL</b>	<b>112.431.645.041,63</b>	<b>107.889.609.410,93</b>	<b>4,21</b>

Observa-se que o item que apresentou percentual mais expressivo foi “Ajustes de Exercícios Anteriores” com aumento bastante expressivo de 320,18.

O item “Resultado do Exercício” apresentou decréscimo de 83,53% em análise horizontal.

### 3.1.6. NOTA 01 - IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao)

A seguir, serão demonstradas as metodologias adotadas para estimar a vida útil econômica do ativo e para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades do imobilizado.

**Para estimar a vida útil econômica do ativo, a Autarquia utiliza a seguinte metodologia:**

A vida útil econômica do ativo patrimonial da autarquia foi baseada na tabela de temporalidade disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Para o cálculo da depreciação, amortização e exaustão, a Autarquia adotou o Método de Depreciação por Taxa Constante ou Linear. As taxas utilizadas para os cálculos são apresentadas na Tabela abaixo:

**Tabela – Taxas para Cálculo de Depreciação**

EDIFÍCIOS (SEM OS TERRENOS)	4%
INSTALAÇÕES	10%
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	10%
VEÍCULOS	20%
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	20%

FONTE: SEPAT/CGLOG

#### Bens Imóveis

Mês Lançamento	DEZ/2020	DEZ/2019	
CCon - Item (6)	Saldo - R\$	Saldo - R\$	%
Bens de Uso Especial	123.509.394,93	123.509.394,93	0
Bens Imóveis em Andamento	54.025,00	25.000,00	116,1
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	414.959,20		-
Instalações	9.415.159,99	9.415.159,99	0
Demais Bens Imóveis	2.650.000,00	2.650.000,00	0,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(11.910.300,80)	(10.847.637,88)	9,80
<b>Total</b>	<b>124.133.238,32</b>	<b>124.751.917,04</b>	<b>-0,50</b>

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao)

#### Bens Imóveis de Uso Especial

Mês Lançamento	DEZ/2020	DEZ/2019
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Terrenos, Glebas	768.146,94	768.146,94
Edifícios	120.229.859,84	120.229.859,84
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	2.511.388,15	2.511.388,15
<b>Total</b>	<b>123.509.394,93</b>	<b>123.509.394,93</b>

#### Bens Móveis



Mês Lançamento	DEZ/2020	DEZ/2019	
CCon - Item (6)	Saldo - R\$	Saldo - R\$	%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	2.132.578,84	2.609.997,61	-18,29
Bens de Informática	13.186.253,40	15.078.190,82	-12,55
Móveis e Utensílios	4.381.063,43	5.908.415,79	-25,85
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	684.327,31	860.935,67	-20,51
Veículos	148.730,83	186.672,26	-20,33
Demais Bens Móveis	87.633,99	117.027,63	-25,12
Depreciação / Amortização Acumulada	0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>20.620.587,80</b>	<b>24.761.239,78</b>	<b>-16,72</b>

Verifica-se que todos os itens apresentaram decréscimos, conforme demonstrado na tabela acima, em razão de lançamentos referentes à depreciação.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanço-geral-da-uniao](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanço-geral-da-uniao)

### 3.1.7. NOTA 02 - INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanço-geral-da-uniao](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanço-geral-da-uniao)

#### Intangível - Composição

Mês Lançamento	DEZ/2020	DEZ/2019	
Conta Contábil	Saldo Atual - R\$	Saldo Atual - R\$	AH%
Software com Vida Útil Definida	15.272.417,27	10.602.854,62	44,04
Software com Vida Útil indefinida	945.490,35	0,00	-
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	185,00	-	-
Amortização Acumulada	(11.826.232,63)	(10.358.397,69)	14,17
<b>Total</b>	<b>4.391.859,99</b>	<b>244.456,93</b>	<b>1696,58</b>

O grupo intangível é composto por licenças e softwares adquiridos junto a empresas especializadas no ramo, sendo utilizado o método de exaustão para sua depreciação.

O referido grupo apresentou aumento bastante expressivo de 1696,58 devido ao aumento no subitem “Software com Vida Útil Definida”, o qual apresentou o valor de R\$ 15.272.417,27, em razão de registros pertinentes a fim de atualizar a conta.

### 3.1.8. NOTA 03 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO E LONGO PRAZO

Empréstimos e Financiamentos compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

	Saldo R\$	Saldo R\$	AH%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo e Longo Prazo	DEZ/2020	DEZ/2019	
	-	-	-

### 3.1.9. NOTA 04 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31/12/2020, a conta “fornecedores e contas a pagar” apresentou o saldo de R\$ 4.132.898,58 referente aos valores apropriados e não pagos até o fechamento do mês, o que resultou em um percentual de 54,34% em análise horizontal, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Mês Lançamento	DEZ/2020	DEZ/2019	
Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	%
Curto Prazo	4.132.898,58	2.677.848,89	54,34
Nacionais	4.132.898,58	2.677.848,89	54,34
<b>Total</b>	<b>4.132.898,58</b>	<b>2.677.848,89</b>	<b>54,34</b>

Fonte: SIAFI, 2019 e 2020; Tesouro Gerencial.

Observa-se que o montante mais expressivo no valor de R\$ 2.507.260,49, refere-se aos recursos apropriados a fim de atender à liquidação de Notas Fiscais referentes a serviços de apoio administrativo a fim de atender às necessidades da Autarquia, conforme contrato nº 10/2016, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e a Empresa SERVEGEL - APOIO ADM. E SUPORTE OPERACIONAL, CNPJ nº 01.608.603/0001-33.

Apresentamos a seguir tabela segregando as principais obrigações:

Mês Lançamento		DEZ/2020	DEZ/2019
Fornecedor		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
153173	FNDE	11.517,12	11.517,12
01608603000133	SERVEGEL - APOIO ADM. E SUPORTE OPERAC	2.507.260,49	0,00
24907701000177	TEMPER ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	59.944,05	0,00
05360051000148	TERRA SUL EDITORA EIRELI	1.554.176,92	0,00

### 3.1.10. NOTA 05 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31/12/2020, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, apresentou um saldo de R\$ 4.302.553.397,48, relacionado a obrigações contratuais, referente a parcelas de contratos em execução, demonstrando uma redução percentual de 19,53%, ocasionada principalmente, pela redução de 23,57% na conta “Fornecimento de Bens”, na qual os principais valores referem-se à prestação de serviço de distribuição de livros didáticos, para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Na tabela a seguir estão segregadas essas obrigações de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Mês Lançamento	DEZ/2020	DEZ/2019	
Obrigações Contratuais	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	%
Aluguéis	1.292.626,86	694.343,75	86,17
Fornecimento de Bens	2.447.754.101,87	3.202.807.380,36	-23,57
Empréstimos e Financiamentos	5.987.858,33	14.240.353,82	-57,95
Seguros	11.832.228,18	11.832.228,18	0
Serviços	1.825.738.926,16	2.107.191.093,14	-13,36
Demais	9.947.656,08	9.947.656,08	0
<b>Total</b>	<b>4.302.553.397,48</b>	<b>5.346.713.055,33</b>	<b>-19,53</b>

Fonte: SIAFI 2019/2020, TESOIRO GERENCIAL.

Entre os itens demonstrados na tabela acima, com exceção do item “Fornecimento de Bens” já mencionado anteriormente, observa-se que o item “Aluguéis” apresentou um aumento significativo de 86,17%, tendo em vista a atualização dos registros relativos ao contrato nº 71/2016, firmado entre o FNDE e a Empresa Construções e Empreendimentos Santa Fé Ltda, CNPJ nº 00.358.341/0001-33, cujo objeto é a locação de imóvel situado no endereço SBS, quadra 02, bloco I, lote 11, Ed. Elcy Meireles.

Observa-se na tabela acima que o item “Serviços” apresentou redução de cerca de 13% em razão da atualização dos registros dos contratos vigentes.

Verifica-se que nos contratos de serviços, o valor mais significativo R\$ 855.347.466,77 (cerca de 46% dos Serviços), refere-se ao contrato nº 57/2017, firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, com vigência de 06 de outubro de 2017 a 06 de outubro de 2021, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, dos serviços de recebimento e/ou coleta, transporte, distribuição e entrega domiciliar urbana, com ou sem comprovação, em âmbito nacional, de encomendas relativas aos programas do livro.

No que tange ao item “Empréstimos e Financiamentos”, observa-se na tabela acima, a redução percentual de 57,95%, referente a registros pertinentes a fim de promover a liquidação dos repasses ao agente financeiro do FIES (Caixa Econômica Federal), a título de taxa de administração de 2%, previsto na Lei n. 13.366/2016, conforme contrato 01/2016, firmado entre o FNDE e a Caixa Econômica Federal.

Elencamos abaixo os fornecedores de bens e serviços mais relevantes, que se referem à prestação de serviço de distribuição de livros didáticos, para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD:

Mês Lançamento		DEZ/2020	DEZ/2019
Métrica		Saldo - R\$	Saldo - R\$
Contratado		Total	Total
07608320000178	BASE EDITORIAL LTDA	106.059.103,78	106.711.671,30
00360305000104	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	144.001.600,00	
05699378000149	EDICOES SM LTDA.		107.277.608,91
79719613000133	EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.	112.742.211,76	113.817.974,67
61259958000196	EDITORA ATICA S.A.	460.561.077,99	524.232.007,89

61186490000157	EDITORA FTD S A	249.762.467,00	451.170.795,79
62136304000138	EDITORA MODERNA LTDA	271.858.162,66	448.441.095,76
44127355000111	EDITORA SCIPIONE S.A.		123.386.096,18
34028316000103	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	855.347.466,77	1.107.714.091,77
50268838000139	SARAIVA EDUCACAO S.A.	190.443.293,74	273.365.315,58
60500139000126	SARAIVA SA LIVREIROS EDITORES EM RECUP JUDIC	211.448.328,44	211.448.328,44
<b>Total</b>		<b>2.602.223.712,14</b>	<b>3.467.564.986,29</b>

### 3.1.11. NOTA 06 – PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo e estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

Fonte: [www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/balanco-geral-da-uniao)

Observa-se que a conta de provisões apresentou no final do 4º trimestre o saldo de R\$ 7.141.278.259,11 bilhões referente a: Provisão PNLD/2021, no valor de R\$ 889.210.337,25; Provisão Salário Educação/2021, no valor de R\$ 2.951.830.790,37; Provisão FUNDEB/2021, no valor de R\$ 2.730.615.243,46; Provisão para serviços de terceiros (taxas bancárias FIES), no valor de R\$ 83.468.554,44; e Provisões para quotas estadual e municipal do Salário Educação (13º parcela da complementação da União ao FUNDEB/2020 e ajuste da complementação da União ao FUNDEB/2020, no valor de R\$ 367.393.114,61 milhões; Provisão para PNLD/2020, no valor de R\$ 118.760.218,98 milhões.

Cabe ressaltar que o aumento percentual demonstrado no quadro abaixo é justificado, principalmente, pelos registros referentes às Provisões para o exercício de 2021, conforme informações das áreas responsáveis.

#### Provisões – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	%
Provisões a Curto Prazo	7.141.278.259,11	6.223.474.174,23	14,75
<b>Total</b>	<b>7.141.278.259,11</b>	<b>6.223.474.174,23</b>	<b>14,75</b>

Fonte: SIAFI, 2019/2020, Tesouro Gerencial

### 3.1.12. NOTA 07 – FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL/FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), fundo de natureza contábil, é destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei nº 10.260, de 2001 (Lei do Fies). Podem recorrer ao financiamento os estudantes com renda familiar bruta per capita de até três salários mínimos mensais e desempenho mínimo de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com nota da redação diferente de zero (a partir de 2021, a nota mínima exigida na redação será de 400 pontos).

De 2010 ao primeiro semestre de 2015, a taxa de juros do financiamento definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) era de 3,4% a.a., com período de carência de 18 meses e amortização em três vezes o período de duração regular do curso, acrescido de doze meses, com percentual financiável de 50% a 100% do valor dos encargos educacionais. Essa mesma taxa de juros foi estendida aos contratos formalizados anteriormente a 2010.

Do segundo semestre de 2015 até 2017, os financiamentos concedidos passaram a ter taxa de juros de 6,5% a.a., com prazo de amortização de até três vezes o período do curso, o percentual financiável passou a exigir uma participação mínima em relação à renda familiar.

Grande parte dos contratos de financiamento firmados no período de 2010 a 2017 são garantidos por fiança ou pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), de que trata a Lei nº 12.087, de 2009.

A partir de 2018, em consonância com as recomendações constantes do Acórdão nº 3001/2016-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), foi implementado o Novo Fies, conforme as alterações introduzidas na Lei do Fies pela Lei nº 13.530, de 2017, tendo como principais objetivos a (i) sustentabilidade do Programa, considerando a viabilidade orçamentária e financeira, controle da inadimplência e compartilhamento de riscos, (ii) transparência para os alunos e para a sociedade e (iii) melhoria da Governança, mediante a criação do Comitê Gestor do Fies (CG-Fies).

Além da introdução do Plano Trienal que estabelece o quantitativo de vagas para os três anos seguintes, a taxa de juros do financiamento passou a corresponder à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou seja, juro real zero, o pagamento das prestações passou a ser contingente à renda do financiado, o que respeita a capacidade de pagamento do financiado, e foi criado o Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), com aportes da União e das entidades mantenedoras, que assegura a cobertura de 100% do risco de crédito. Com esses ajustes, buscou-se a continuidade do Fies enquanto política pública perene de inclusão social e de democratização do ensino superior.

A seleção de estudantes para obtenção do Fies passou a ser realizada, desde o segundo semestre de 2015, por meio de processo seletivo, que assegura a distribuição de vagas de acordo com as áreas prioritárias e com a quantidade adequada à disponibilidade orçamentária do Fies, além de garantir o acesso por mérito ao ensino superior.

Desde a sua criação, o Fies já atendeu mais de 3,3 milhões de estudantes, sendo que 2,87 milhões ainda possuem contratos ativos, assim considerados aqueles financiamentos que apresentam saldo devedor junto aos agentes financeiros do Fundo. Desse total, cerca de 476,4 mil estudantes estavam com contrato na fase de utilização e, portanto, cursando o ensino superior.

**Distribuição geográfica** – Ao final do quarto trimestre, se comparada à situação verificada no final de 2019, a distribuição geográfica dos contratos ativos não apresentou variação significativa na participação proporcional das regiões no total de contratos ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Concentração geográfica	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Centro-Oeste	11,9%	11,7%	11,8%
Nordeste	25,6%	26,3%	26,5%
Norte	6,9%	7,1%	7,1%

Sudeste	43,4%	42,8%	42,6%
Sul	12,2%	12,0%	12,0%

O estado de São Paulo detém a maior quantidade de contratos ativos, com pouco mais de 615 mil financiamentos, representando 22,58% do total, e o estado de Roraima possui a menor participação, com pouco mais de 8,3 mil contratos ativos, equivalente a 0,3%.

**Tipo de garantia** – Dos contratos formalizados até o segundo semestre de 2017, os financiamentos com a cobertura do Fgeduc representavam 73,1% do total de contratos ativos, com 1,96 milhão de estudantes beneficiados com essa modalidade de garantia, que garante até 90% do saldo devedor. Os demais 719,3 mil estudantes são garantidos por meio de fiança convencional ou fiança solidária, sendo que 176,5 mil desses contratos foram firmados anteriormente a 2010. Por outro lado, os contratos de financiamento firmados a partir do primeiro semestre de 2018 possuem a cobertura integral do FG-Fies, conforme abaixo:

<b>Tipo de garantia</b>	<b>Quantidade</b>	<b>31/12/2020</b>
Contratos com garantia do Fgeduc	1.954.013	84.911.218.349,73
Contratos sem garantia do Fgeduc	540.027	24.347.939.384,54
Contratos com garantia do FG-Fies	218.770	4.541.561.815,18
Contratos firmados antes de 2010	166.476	2.536.311.885,68
<b>Totais</b>	<b>2.879.286</b>	<b>116.337.031.435,13</b>

Verifica-se, assim, o alinhamento com a estratégia 12.6 da Meta 12 do PNE, de expandir o financiamento estudantil por meio do Fies, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador, visto que 75 % dos contratos vigentes possuem garantia do Fgeduc ou do FG-Fies. Os novos contratos são integralmente garantidos pelo FG-Fies, sendo que os estudantes com renda mensal bruta per capita de até 1,5 salário mínimo possuem a garantia exclusiva do Fundo.

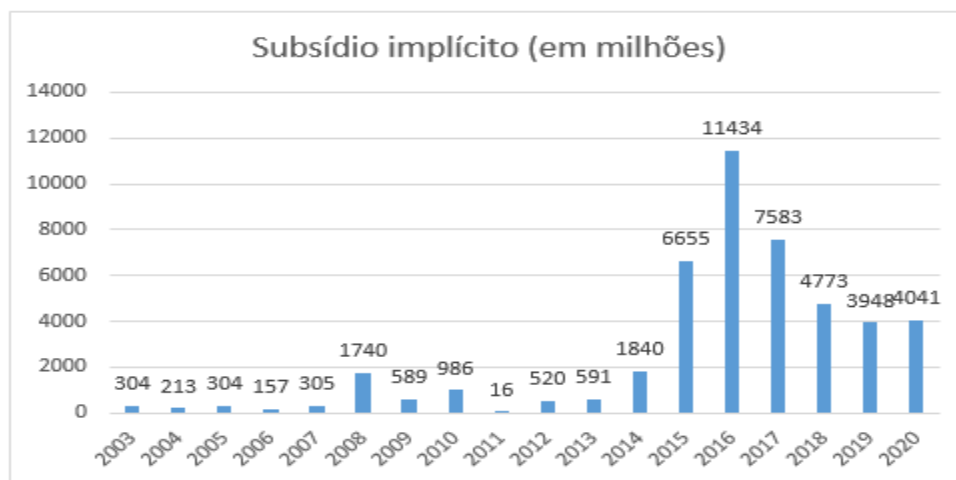
Em relação a 31.12.19, ao final do quarto trimestre a quantidade de contratos ativos do Novo Fies, formalizados com garantia do FG-Fies, apresentou crescimento de 0,24%, enquanto dos financiamentos contratados até o 2º semestre de 2017, registrou decréscimo de 1,69%.

O saldo devedor médio dos contratos formalizados até 2009 é de R\$ 15,2 mil, enquanto para os contratos formalizados no período de 2010 a 2017 essa média é de R\$ 43,8 mil. Já os contratos do Novo Fies (a partir de 2018), que em grande parte estão na fase de utilização, apresentam saldo devedor médio de R\$ 20,7 mil.

**Área de formação e treinamento** – Considerando a distribuição dos cursos financiados conforme a Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE-F 2013), versão publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em outubro de 2017, com adaptações, os contratos ativos do Fies apresentavam ao final do quarto trimestre a seguinte distribuição, com pequena redução do quantitativo nas categorias “Ciências, Matemática e Computação” e “Outros”:

Áreas Gerais	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020
Educação (Licenciaturas e Pedagogia)	191.387	191.944	208.836
Artes e Humanidades	10.514	10.847	11.409
Ciências Sociais, Negócios e Direito	719.740	736.289	781.051
Ciências, Matemática e Computação	100.086	103.283	101.045
Engenharia, Produção e Construção	494.580	502.001	533.900
Agricultura e Veterinária	63.880	67.631	73.935
Medicina (Saúde)	51.599	53.752	59.119
Saúde e Bem-Estar	671.569	705.320	760.778
Serviços	5.910	6.003	6.277
Cursos Tecnológicos	170.595	172.255	186.644
Outros	341.229	323.072	156.292
<b>Total</b>	<b>2.821.089</b>	<b>2.872.397</b>	<b>2.879.286</b>

**Subsídio implícito** – Relativamente ao impacto nas contas públicas decorrente da diferença entre a taxa de juros que remunera os títulos do Tesouro Nacional (custo de oportunidade) e a taxa de juros cobrada nos financiamentos aos estudantes, segundo a apuração realizada pelo Ministério da Economia o subsídio implícito apresentou, no período de 2003 a 2020, os valores constantes do gráfico abaixo:



Fonte: ME

A carteira de financiamentos do Fies possui 2.245 mil contratos firmados com a taxa de juros de 3,4% a.a. (contratados até o 1º semestre de 2015), 415,2 mil com a taxa de 6,5% a.a. (do 2º semestre de 2015 até 2017) e 219 mil vinculados à variação do IPCA (formalizados a partir de 2018), que apresentou em dezembro taxa anualizada de 3,14%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por outro lado, a taxa Selic encerrou o quarto trimestre a 2,0% a.a., de acordo com o Banco Central. Esse cenário atípico pode significar uma redução do valor do subsídio implícito no presente exercício e também no próximo, visto que a projeção constante do Boletim Focus-Bacen, considerando a posição de 31.12.20, apresenta

expectativa de 3,34% a.a. para o IPCA e de 3% para a Taxa Selic no final de 2021. Nessas condições, os contratos do Fies teriam taxa de juros superiores a taxa Selic.

**Receitas do Fies** – Até dezembro de 2020, as receitas do Fies alcançaram R\$ 4,01 bilhões, superando as receitas arrecadadas em 2019, conforme abaixo discriminado:

<b>Receitas do Fies</b>			
<b>Natureza da Receita</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
Contribuição sobre a Loteria Federal	389.695.879,34	0,00	0,00
Remuneração de depósitos bancários	160.330.306,77	307.841.455,99	430.115.831,60
Juros de títulos de renda	968.677,92	1.412.073,83	1.353.953,15
Juros de títulos de renda-multa e juros	501.516,58	0,00	0,00
Retorno de operações, juros e encargos financeiros	770.970.252,01	1.118.175.329,86	1.363.619.014,39
Prêmios prescritos de concursos e prognósticos	354.558.609,51	382.897.080,94	331.612.528,40
Prêmios prescritos de concursos e prognósticos-MUL.JUR.	0,00	0,00	141.687,43
Amortização de financiamento	1.354.719.815,80	1.621.651.228,55	1.887.470.522,21
Amortização do financiamento proveniente do Fundo Garantidor	0,00	0,00	195.653,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.031.745.057,93</b>	<b>3.431.977.169,17</b>	<b>4.014.509.190,18</b>

Fonte: Tesouro Gerencial/Siafi

A arrecadação observada no exercício de 2020 apresentou crescimento de 16,97% em relação ao ano de 2019.

A Contribuição sobre a Loteria Federal deixou de compor o rol de receitas do Fies, em razão do disposto na Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e as receitas de Juros de títulos de renda e Juros de títulos renda-multa e juros foram unificadas, o que explica a ausência de arrecadação a partir de 2019. Com a realização do teste piloto referente às honras do FGEDUC, ocorrida em junho, houve pela primeira vez arrecadação em “Amortização do financiamento proveniente do Fundo Garantidor”.

Em maio, foi editada a Lei nº 13.998, de 2020, que permitiu a suspensão do pagamento de até quatro parcelas do Fies, em razão do estado de calamidade pública, que poderia ser solicitada por financiados inadimplentes em 20 de março de 2020. Referida suspensão foi regulamentada pela Resolução nº 38, de 2020, do CG-Fies. Até dezembro/2020, cerca de 277,79 mil financiados haviam solicitado a suspensão dos pagamentos ao Fies com base nas resoluções 38 e 39, publicadas em maio e julho de 2020, respectivamente.

Em julho, foi editada a Lei nº 14.024, de 2020, que permitiu a suspensão do pagamento de todas as prestações do Fies com vencimento durante o período da calamidade pública (20 de março a 31 de dezembro de 2020), medida essa que poderá alcançar até 1,56 milhão de financiados, visto que permite a participação de inadimplentes. Referida suspensão foi regulamentada pela Resolução nº 39, de 2020, do CG-Fies.



A arrecadação observada até dezembro de 2020, mesmo com o elevado índice de inadimplência nos contratos em fase de amortização, demonstrou que as receitas não sofreram impacto significativo em decorrência dos efeitos da pandemia do Covid-19 no período.

**Fonte de financiamento** – Os recursos orçamentários para fazer frente aos dispêndios relacionados às contratações e aditamentos de renovação semestral correm à conta da dotação existente na ação 00IG – Concessão de Financiamento Estudantil. Já o custeio do pagamento da taxa de administração aos agentes financeiros e da integralização de contas nos fundos garantidores é suportado pelas ações 20RZ – Administração do Financiamento Estudantil e 00M2 – Integralização de cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo, respectivamente, conforme quadro demonstrativo de fontes abaixo (em R\$):

Fonte	2018	2019	2020
100 - Recursos ordinários	16.560.251.334	11.307.304.119	5.646.499.988
118 - Contribuição sobre Concursos de Prognósticos	443.576.232	0	0
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	0	0	667.802.358
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em PPE	232.404.784	402.021.038	386.066.742
280 - Recursos próprios financeiros	1.370.936.222	1.920.430.638	3.515.208.652
680 - Recursos próprios financeiros (outros exercícios)	444.049.000	0	0
944 -Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -Condicionados	0	0	0
<b>Total</b>	<b>19.051.217.572</b>	<b>13.629.755.795</b>	<b>10.215.577.740</b>

Em 2020, a dotação orçamentária apresentou decréscimo de 25% em relação à dotação de 2019, conforme já previsto no PLOA 2019-2020, motivada pela redução da quantidade de contratos na fase de utilização, que corresponde ao período no qual o estudante ainda frequenta o curso e, portanto, gera desembolsos do Fies para pagamento dos encargos educacionais financiados às instituições de ensino.

Da previsão orçamentária prevista para o Fies em 2020, à ação 00IG foram destinados R\$ 8,8 bilhões, à ação 20RZ foram R\$ 855,5 milhões e para a ação 00M2, R\$ 500 milhões.

**Contratações em 2020** – Foram formalizados no primeiro semestre de 2020, 31,1 mil novos financiamentos, de um total de 70 mil vagas ofertadas, o que representa cerca de 44,4% de ocupação. As contratações referentes ao 2º semestre alcançaram, até dezembro, 20,9 mil novos financiamentos, o que totaliza 46,6 mil concessões no exercício.

O desempenho foi afetado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, tendo em conta a interrupção no atendimento ocorrido tanto no âmbito das instituições de ensino superior quanto no agente financeiro.

O percentual médio de financiamento verificado neste exercício foi de 75,4% dos encargos educacionais.

**Risco de crédito - ajuste para perdas** – Por meio da Resolução nº 27, de 10 de setembro de 2018, o CG-Fies estabeleceu os critérios para caracterização de inadimplência, do risco de crédito e dos ajustes de perdas

estimadas no âmbito do Fies. De acordo com a Resolução, a classificação deve ser realizada em função do atraso verificado no pagamento das prestações durante a fase de amortização do contrato, independentemente do tipo de garantia do financiamento. Como subsídio, foram utilizadas as diretrizes padronizadas pelo Banco Central do Brasil e aplicadas aos créditos concedidos pelas instituições financeiras, nos termos da Resolução nº 2.682, de 1999.

Em decorrência, os financiamentos passaram a ser classificados, em ordem crescente de risco, em oito níveis e os ajustes de perdas estimadas passaram a observar percentuais incidentes sobre o saldo devedor dos contratos, conforme tabela abaixo:

Risco	Descrição	Percentual do Ajuste
A	Adimplente e atraso até 14 dias	0,5%
B	atraso entre 15 e 30 dias	1,0%
C	atraso entre 31 e 60 dias	3,0%
D	atraso entre 61 a 90 dias	10,0%
E	atraso entre 91 a 120 dias	30,0%
F	atraso entre 121 a 150 dias	50,0%
G	atraso entre 151 e 180 dias	70,0%
H	atraso superior a 180 dias	100,0%

Destaca-se que, de acordo com o disposto no artigo 5º, inciso VI, da Lei nº 10.260, de 2001, as entidades mantenedoras também participam do risco do financiamento, na condição de devedores solidários, na proporção de 15 ou 30% do saldo devedor não garantido por fundo garantidor. Para financiamentos anteriores a novembro de 2007, esse risco é de 5% do saldo devedor.

Nesse contexto, nos termos da Resolução nº 27, de 2018, o registro do ajuste de perdas, realizado mensalmente, alcançou ao final do quarto trimestre o valor de R\$ 27.859.991.000,81, considerando a situação da carteira de financiamentos em 31.12.20, representando uma elevação de 48,7% em relação ao saldo existente ao final de 2019, conforme quadro demonstrativo abaixo:

Classif.	Descrição	Quantidade de Contratos	Saldo devedor dos contratos	Valor do ajuste para perdas
A	adimplente	813.120	33.655.320.763,81	168.011.289,17
A	atraso até 14 dias	20.605	573.488.132,12	2.867.440,66
B	atraso entre 15 e 30 dias	84.287	3.085.075.501,09	15.485.511,00
C	atraso entre 31 e 60 dias	25.909	739.004.443,68	7.533.618,97
D	atraso entre 61 a 90 dias	15.072	423.795.050,83	12.947.096,89

E	atraso entre 91 a 120 dias	21.830	1.006.017.155,20	31.110.721,30
F	atraso entre 121 a 150 dias	10.137	314.819.593,84	32.407.231,71
G	atraso entre 151 e 180 dias	11.919	492.157.275,64	50.528.412,79
H	atraso superior a 180 dias	84.398	3.464.239.515,71	1.812.426.706,07
H	atraso superior a 360 dias	878.421	25.753.433.503,18	25.726.672.972,26
<b>Totais</b>		<b>1.965.698</b>	<b>69.507.350.935,10</b>	<b>27.859.991.000,81</b>

O valor do ajuste para perdas continua sendo impactado pela elevação da quantidade de contratos que passaram da fase de carência para a fase de amortização. Ao final do quarto trimestre, 1,96 milhão de contratos estavam em amortização, com saldo devedor total de R\$ 69,5 bilhões, o que representou aumento de 24,05% e de 51,35%, respectivamente, em relação à quantidade e saldo devedor observados ao final do exercício de 2019.

O ajuste para perdas de curto prazo, que passou a ser segregado em atendimento ao disposto no Acórdão 1331/2019-TCU-Plenário, alcançou o montante de R\$ 191.623.377,22 no final do quarto trimestre, crescimento de 17,22% em relação ao saldo existente no final do ano anterior.

Cerca de 53,8% dos financiamentos do Fies na fase de amortização, que envolve cerca de 1,1 milhão de financiados, estavam inadimplentes ao final do semestre. O valor acumulado das prestações vencidas e não pagas a partir de um dia de atraso, relativamente aos contratos na fase de amortização, alcançou R\$ 5,1 bilhões, crescimento de 45,7% em relação ao valor existente em 31.12.19.

**Índice de recuperação** – O índice de recuperação dos valores a receber dos contratos que passaram a ser classificados como inadimplentes – prestações não pagas a partir do nonagésimo dia após o vencimento da prestação, nos termos da Resolução nº 27, de 2018 – alcançou 5,8%, representando uma queda de 24,6% em relação ao verificado no final do exercício de 2019, que foi de 7,7%.

**Honras do Fgeduc** – De acordo com o disposto no art. 21 do Estatuto, o Fgeduc deve efetuar em favor do Fies a honra da garantia relativa ao saldo devedor da operação inadimplida a mais de 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos na fase de amortização, observados os encargos de normalidade do financiamento e o percentual máximo do valor garantido.

Conforme o Acórdão 1331/2019-TCU-Plenário, foi estabelecido que o Fies deveria registrar contabilmente esse direito à garantia como um ativo do Fundo. Nesses termos, no final do quarto trimestre, encontrava-se registrado o valor de R\$ 13.821.474.780,23 em honras de garantias a receber, correspondente ao percentual do saldo devedor dos financiamentos que já atingiram os requisitos para a realização da honra pelo administrador do Fgeduc. Esse montante representa um crescimento de 112,04% em relação ao saldo registrado no final do exercício de 2019.

O saldo devedor dos contratos de financiamento formalizados com garantia do Fgeduc alcançou R\$ 84,9 bilhões, que representa cerca de 75,95% do saldo devedor total da carteira do Fies, sem considerar o Novo Fies.

Em junho, foi realizado o primeiro teste piloto envolvendo a Caixa, na condição de administradora do Fundo Garantidor e também de agente financeiro dos contratos selecionados, e o FNDE, com vistas à efetivação do pagamento de honra pelo Fgeduc, abrangendo uma amostra de quatorze contratos, que geraram o ingresso de R\$ 195,6 mil em favor do Fies.

**Fundos Garantidores** – Em 2020, foi realizado o aporte de R\$ 500 milhões no FG-Fies, correspondente à participação anual da União naquele Fundo Garantidor, autorizada nos termos do art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 2001, à conta da dotação consignada na LOA 2020 para a ação orçamentária 00M2, não havendo previsão de aportes para o Fgeduc neste exercício. No Fgeduc a União é a única cotista, situação diferente da verificada no FG-Fies, Fundo do qual as entidades mantenedoras de instituição de ensino também são cotistas, sendo suas contribuições proporcionais ao risco individual da sua carteira de financiamento. Os fundos garantidores têm por função garantir o crédito do Fies, em proporção que varia entre 80% e 100% de cobertura.

No caso do Fgeduc, a contribuição das entidades mantenedoras a título de Comissão de Concessão de Garantia (CCG) é de 6,25% incidente sobre o valor garantido dos encargos educacionais financiados pelos estudantes, que constitui receita para o Fundo e não é reembolsável. No FG-Fies, a contribuição das entidades mantenedoras, que foi da ordem de 16% dos encargos educacionais financiados neste ano - em média -, constitui cotas junto ao Fundo, as quais poderão ser eventualmente sacadas, nos termos do regulamento.

**Plano Trienal** – Instituído pelo Decreto s/nº de 19 de setembro de 2017, é uma das principais ferramentas para aprimoramento do processo de planejamento e governança do Fies, que busca garantir o crescimento contínuo e sustentável do programa, com definição de estratégias para se atingir objetivos da política pública e controle dos impactos fiscais, orçamentários e financeiros, em consonância com o Acórdão 3001/2016 do TCU.

Por meio desse instrumento, o CG-Fies determina a quantidade de vagas planejadas para os próximos três anos, com o propósito de minimizar a volatilidade de ofertas de vagas de um ano para o outro, trazendo previsibilidade tanto para o Governo Federal quanto para os interessados no financiamento estudantil – estudantes, instituições de ensino, agentes financeiros, dentre outros.

O Plano Trienal para o triênio 2021-2023 foi aprovado pela Resolução nº 44, de 31 de dezembro de 2020, do CG-Fies, estabelecendo 93 mil vagas para 2021 e o indicativo de 93 mil vagas para 2022 e 2023.

As Resoluções do CG-Fies estão disponíveis no endereço eletrônico abaixo:

<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fies-graduacao/o-fies/comite-gestor-fies>

### **3.2. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em análise horizontal do Balanço Patrimonial, bem como à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/DMPL, verifica-se que o Patrimônio Líquido do FNDE apresentou um aumento de 4,21% em comparação com o exercício anterior, impulsionado pelo aumento percentual de 41,69% do ativo circulante desta Autarquia, o que resultou em um saldo de R\$ 112.431.645.041,63 na conta de Resultados Acumulados.

Cabe acrescentar que o referido acréscimo no ativo circulante foi ocasionado, principalmente, pelo aumento de 55% do item Créditos a Curto Prazo.

A tabela abaixo demonstra os itens mais relevantes dentro do PL:

	31/12/2020	31/12/2019	AH%
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.811.850.253,11	907.205.338,56	320,18
Resultado do Exercício	730.185.377,59	4.433.124.901,01	-83,53
Resultados de Exercícios Anteriores	107.889.609.410,93	102.549.279.171,36	5,21
<b>TOTAL</b>	<b>112.431.645.041,63</b>	<b>107.889.609.410,93</b>	<b>4,21</b>

Observa-se que o item que apresentou percentual mais expressivo foi “Ajustes de Exercícios Anteriores” com aumento bastante expressivo de 320,18.

O item “Resultado do Exercício” apresentou decréscimo de 83,53% em análise horizontal.

### 3.3. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS/ DVP

De acordo com artigo nº 104 da Lei nº 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Cabe ressaltar que o resultado patrimonial do exercício apurado na DVP compõe os Resultados Acumulados do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial.

Cabe esclarecer que as alterações evidenciadas na DVP podem ser aumentativas (VPA - receitas que decorrem de transações que aumentam o patrimônio líquido) ou diminutivas (VPD - despesas que decorrem de transações que diminuem o patrimônio líquido), de acordo com os registros realizados no Balanço Patrimonial.

#### 3.3.1. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial é apurado através do confronto das VPA e VPD. O resultado obtido é evidenciado no Patrimônio Líquido, podendo ser Superávit ou Déficit.

Conforme apurado na DVP, o resultado patrimonial do FNDE no 4º trimestre de 2020 foi superavitário com saldo de R\$ 730.185.377,59. Quando comparado o período em questão com o mesmo período no exercício passado, apresentou redução de cerca de 83%, ocasionado pela redução de 10,47% da VPA, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2020	2019	AH%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	82.422.177.905,52	92.058.548.225,36	-10,47
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	81.691.992.527,93	87.625.423.324,35	-6,77
RESULTADO PATRIMONIAL	730.185.377,59	4.433.124.901,01	-83,53

Fonte: SIAFI 2020 e 2019.

#### 3.3.2. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Conforme tabela abaixo, observa-se uma redução de 10,47% nas Variações Patrimoniais Aumentativas/VPA, cerca de 9,63 bilhões. Dentro deste grupo os itens que mais contribuíram para a redução da VPA foram: Transferências e Delegações Recebidas, o qual demonstrou redução de 19,57%, cerca de 11,03 bilhões, e Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos, que por sua vez, apresentou redução de 23,43%, cerca de 2,09 bilhões, conforme tabela a seguir, que demonstra as principais VPA's:

	2020	2019	SALDO	AH%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>82.422.177.905,52</b>	<b>92.058.548.225,36</b>	<b>-9.636.370.319,84</b>	<b>-10,47</b>
<b>Contribuições</b>	<b>21.085.809.558,22</b>	<b>21.977.495.678,82</b>	<b>-891.686.120,60</b>	<b>-4,06</b>
Contribuições Sociais	21.085.809.558,22	21.977.495.678,82	-891.686.120,60	-4,06
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>8.633.543.154,79</b>	<b>4.153.009.945,39</b>	<b>4.480.533.209,40</b>	<b>107,89</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	7.105.914.751,10	2.665.019.075,85	4.440.895.675,25	166,64
Juros e Encargos de Mora	176.561.738,42	135.601.068,98	40.960.669,44	30,21
Variações Monetárias e Cambiais	652.451.822,59	679.838.429,21	-27.386.606,62	-4,03
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	698.614.842,68	672.551.371,35	26.063.471,33	3,88
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>45.367.684.414,67</b>	<b>56.407.510.355,03</b>	<b>-11.039.825.940,36</b>	<b>-19,57</b>
Transferências Intragovernamentais	45.367.684.414,67	56.407.510.355,03	-11.039.825.940,36	-19,57
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>6.863.795.003,13</b>	<b>8.963.705.376,00</b>	<b>-2.099.910.372,87</b>	<b>-23,43</b>
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.845.544.412,72	8.741.933.188,21	-1.896.388.775,49	-21,69
Ganhos com Desincorporação de Passivos	18.250.590,41	221.772.187,79	-203.521.597,38	-91,77
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>471.345.774,71</b>	<b>556.826.870,12</b>	<b>-85.481.095,41</b>	<b>-15,35</b>
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	96.589.887,08	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	374.755.887,63	556.826.870,12	-182.070.982,49	-32,70

Fonte: SIAFI 2020 e 2019.

O item “Transferências e Delegações Recebidas” representa 55,04% das VPAs. Verifica-se uma redução de 19,57%, impulsionada pelo decréscimo das transferências intragovernamentais. As transferências intragovernamentais foram influenciadas pela redução dos repasses recebidos e dos sub-repasses recebidos.

Sobre o item Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos, apesar da redução de 23,43%, este representa somente 8,33% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas.

Os Ganhos com Incorporação de Ativos se referem, principalmente, a “Honras do Fgeduc”. De acordo com o disposto no art. 21 do Estatuto, o Fgeduc deve efetuar em favor do Fies a honra da garantia relativa ao saldo devedor da operação inadimplida a mais de 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos na fase de amortização, observados os encargos de normalidade do financiamento e o percentual máximo do valor garantido.

É importante ressaltar que, também compõe o item “Ganhos com Incorporação de Ativos” as transferências de recursos financeiros para atender a execução de ações do Plano de Trabalho Anual Simplificado.

Quanto ao item Ganhos com Desincorporação de Passivos, verifica-se redução de 91,77%, o que representa em valores monetários cerca de 203,5 milhões.

O item “Contribuições” apresentou uma redução de 4,06%, o que representa cerca de R\$ 891 milhões. Cabe ressaltar que este item representa 25,58% das VPAs.

É importante ainda, mencionar o item “Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras”, tendo em vista o aumento expressivo de 107,89%, impulsionado pelo aumento bastante significativo de 166,64% do item Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos, provenientes dos empréstimos do FIES, o que representa cerca de R\$ 4,44 bilhões em valores monetários.

### 3.3.3. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Conforme tabela abaixo, verifica-se uma redução de 6,77% nas Variações Patrimoniais Diminutivas/VPD, cerca de 5,93 bilhões. Dentro deste grupo o item que mais contribuiu para o decréscimo da VPD foi “Transferências e Delegações Concedidas”, o qual apresentou decréscimo percentual de 10,52%, cerca de R\$ 7,21 bilhões, em razão da redução de 23,9% do subitem “Transferências Intragovernamentais”, cerca de R\$ 7,78 bilhões. Cabe mencionar o subitem “Outras Transferências e Delegações Concedidas”, o qual demonstrou acréscimo percentual bastante significativo de 200236,94%, cerca de R\$ 1,01 bilhões, reduzindo o impacto negativo nas “Transferências e Delegações Concedidas”.

A tabela abaixo demonstra as principais VPD's:

	2020	2019		%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>81.691.992.527,93</b>	<b>87.625.423.324,35</b>	<b>-5.933.430.796,42</b>	<b>-6,77</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>150.840.979,21</b>	<b>153.753.435,94</b>	<b>-2.912.456,73</b>	<b>-1,89</b>
Remuneração a Pessoal	133.756.220,39	135.313.942,25	-1.557.721,86	-1,15
Encargos Patronais	13.832.525,88	12.970.328,74	862.197,14	6,65
Benefícios a Pessoal	2.977.843,84	4.898.301,67	-1.920.457,83	-39,21
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	274.389,10	570.863,28	-296.474,18	-51,93
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>9.654.670,68</b>	<b>8.384.299,91</b>	<b>1.270.370,77</b>	<b>15,15</b>
Aposentadorias e Reformas	7.982.061,23	8.337.326,67	-355.265,44	-4,26
Pensões	145.673,89	46.973,24	98.700,65	210,12
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.526.935,56	-	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>1.951.098.988,21</b>	<b>2.183.918.000,29</b>	<b>-232.819.012,08</b>	<b>-10,66</b>
Uso de Material de Consumo	236.989,56	309.306,55	-72.316,99	-23,38
Serviços	1.941.647.144,70	2.164.716.434,98	-223.069.290,28	-10,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.214.853,95	18.892.258,76	-9.677.404,81	-51,22
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>890.473.800,15</b>	<b>239.036.678,46</b>	<b>651.437.121,69</b>	<b>272,53</b>
Variações Monetárias e Cambiais	743.159.534,92	239.031.766,04	504.127.768,88	210,90
Descontos Financeiros Concedidos	1.362.256,79	4.912,42	1.357.344,37	27630,87
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	145.952.008,44	-	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>61.398.323.372,00</b>	<b>68.618.312.990,32</b>	<b>-7.219.989.618,32</b>	<b>-10,52</b>
Transferências Intragovernamentais	24.793.144.096,97	32.580.484.737,16	-7.787.340.640,19	-23,90
Transferências Intergovernamentais	35.546.590.399,20	35.441.384.802,85	105.205.596,35	0,30
Transferências a Instituições Privadas	39.173.189,42	595.934.599,72	-556.761.410,30	-93,43
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.019.415.686,41	508.850,59	1.018.906.835,82	200236,94
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>10.344.889.603,26</b>	<b>9.828.477.598,41</b>	<b>516.412.004,85</b>	<b>5,25</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	10.334.786.234,03	9.542.960.759,31	791.825.474,72	8,30
Incorporação de Passivos	5.786.613,20	206.955.187,06	-201.168.573,86	-97,20
Desincorporação de Ativos	4.316.756,03	78.561.652,04	-74.244.896,01	-94,51
<b>Tributárias</b>	<b>21.676.543,54</b>	<b>18.197.616,67</b>	<b>3.478.926,87</b>	<b>19,12</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	174.018,33	-	-	-
Contribuições	21.502.525,21	18.197.616,67	3.304.908,54	18,16
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>6.925.034.570,88</b>	<b>6.575.342.704,35</b>	<b>349.691.866,53</b>	<b>5,32</b>
Incentivos	352.942.455,11	447.142.440,12	-94.199.985,01	-21,07
Constituição de Provisões	6.571.656.371,08	6.126.884.287,15	444.772.083,93	7,26

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	435.744,69	1.315.977,08	-880.232,39	-66,89
---	------------	--------------	-------------	--------

Fonte: SIAFI 2020 e 2019.

Dentro das VPD's, cabe citar o item “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos”, o qual apresentou aumento percentual de 5,25%, cerca de R\$ 516,41 milhões, em razão de lançamentos referentes à ajustes para perdas em relação aos financiamentos concedidos pelo FIES e incorporação de passivos para atender TED.

É importante mencionar, ainda, o item “Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras”, o qual demonstrou aumento bastante relevante de 272,53%, cerca de R\$ 651,43 milhões, influenciado pelo aumento percentual bem significativo de 210,9% do subitem “Variações Monetárias e Cambiais”, cerca de R\$ 504,12 milhões.

### 3.4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO/RESTOS A PAGAR

De acordo com o artigo nº 102 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Demonstrará ainda, as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, com a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que poderá indicar excesso ou insuficiência de arrecadação. Também apresentará as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, especificando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Além disso, o Balanço Orçamentário demonstrará a Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados.

Conforme o artigo nº 35 da Lei nº 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas indicará o resultado orçamentário que poderá ser superávit ou déficit. Cabe acrescentar que, a fim de equilibrar o balanço orçamentário, o déficit aparecerá junto às receitas, enquanto que o superávit será demonstrado junto às despesas.

#### 3.4.1. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em análise ao Balanço Orçamentário do 4º trimestre de 2020, pode-se verificar que o Resultado Orçamentário foi deficitário, apresentando o valor de **R\$ 22.284.366.241,68**. Esse valor representa a diferença entre o valor das receitas realizadas (**R\$ 25.647.410.433,07**) e o valor das despesas empenhadas (**R\$ 47.931.776.674,75**). É importante considerar que o déficit em tela é justificado em razão de os recursos referentes às descentralizações recebidas (créditos orçamentários movimentados pela execução do orçamento dentro de um mesmo ente, no caso, a União) não serem demonstrados no Balanço Orçamentário, sendo demonstradas somente as dotações.

Apesar de o Resultado Orçamentário ter sido deficitário, observa-se que as despesas empenhadas não ultrapassaram o valor da dotação atualizada (**R\$ 52.128.674.709,00**), restando o saldo da dotação no valor de **R\$ 4.196.898.034,25**, o que indica a execução de 91,95%.



### 3.4.2. DESPESAS

Sobre as despesas empenhadas, de acordo com o artigo nº 12 da Lei nº 4.320/64, a despesa será classificada conforme a categoria econômica como despesas correntes e despesas de capital. Verifica-se que 81,76% referem-se a despesas correntes (Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes) e 18,24% a despesas de capital (Investimentos e Inversões Financeiras), conforme demonstrado na tabela a seguir:

<b>Categoria Econômica</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Execução %</b>	<b>AV%</b>
Despesas Correntes	40.585.823.211,00	39.187.387.143,51	96,55	81,76
Despesas de Capital	11.542.851.498,00	8.744.389.531,24	75,76	18,24
<b>Total das Despesas</b>	<b>52.128.674.709,00</b>	<b>47.931.776.674,75</b>	<b>91,95</b>	<b>100</b>

A tabela a seguir demonstra a composição das despesas empenhadas pelo FNDE por grupo até o encerramento do trimestre:

<b>Grupo de Despesa</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Execução %</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	157.877.417,00	154.188.918,86	97,66
3 - Outras Despesas Correntes	40.427.945.794,00	39.033.198.224,65	96,55
4 - Investimentos	2.182.337.562,00	2.172.497.081,35	99,55
5 - Inversões Financeiras	9.360.513.936,00	6.571.892.449,89	70,21
<b>Total</b>	<b>52.128.674.709,00</b>	<b>47.931.776.674,75</b>	<b>91,95</b>

Entre as Despesas Correntes, o grupo com percentual de execução mais expressivo foi o “Pessoal e Encargos Sociais” com 97,66% do montante da dotação atualizada, seguido do grupo “Outras Despesas Correntes”, o qual apresentou o percentual de execução equivalente a 96,55%.

Abaixo, elencamos as principais despesas correntes, por elemento de despesa, relativas aos grupos “Pessoal e Encargos Sociais” e “Outras Despesas Correntes”, conforme respectivas tabelas:

#### PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Dotação Atualizada</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Execução %</b>
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar*	60.603.562,77	60.592.016,80	99,98
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil**	68.152.577,90	67.322.546,38	98,78
13 - Obrigações Patronais***	13.316.034,00	13.112.410,22	98,47

\*Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares Despesas orçamentárias com pagamento de aposentadorias dos servidores inativos do Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS, e de reserva remunerada e reformas dos militares.

\*\* Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil\* Despesas orçamentárias com: Vencimento; Salário Pessoal Permanente; Vencimento ou Salário de Cargos de Confiança; Subsídios; Vencimento do Pessoal em Disponibilidade Remunerada; Auxílio-Doença (ou Licença para Tratamento de Saúde); Salário Maternidade (ou Licença Maternidade); Gratificações, tais como: Gratificação Adicional Pessoal Disponível; Gratificação de Interiorização; Gratificação de Dedicção Exclusiva; Gratificação de Regência de Classe; Gratificação pela Chefia ou Coordenação de Curso de Área ou Equivalente; Gratificação por Produção Suplementar; Gratificação por Trabalho de Raios X ou Substâncias Radioativas; Gratificação pela Chefia de Departamento, Divisão ou Equivalente; Gratificação de Direção Geral ou Direção (Magistério de 1º e 2º Graus); Gratificação de Função-Magistério Superior; Gratificação de Atendimento e Habilitação Previdenciários; Gratificação Especial de Localidade; Gratificação de Desempenho das Atividades Rodoviárias; Gratificação da Atividade de Fiscalização

do Trabalho; Gratificação de Engenheiro Agrônomo; Gratificação de Natal; Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Contribuições e de Tributos; Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso; Gratificação de Produtividade do Ensino; Gratificação de Habilitação Profissional; Gratificação de Atividade; Gratificação de Representação de Gabinete; Adicional de Insalubridade; Adicional Noturno; Adicional de Férias 1/3 (art. 7º, inciso XVII, da Constituição); Adicionais de Periculosidade; Representação Mensal; Licença-Prêmio por assiduidade; Retribuição Básica (Vencimentos ou Salário no Exterior); Diferenças Individuais Permanentes; Vantagens Pecuniárias de Ministro de Estado, de Secretário de Estado e de Município; Férias Antecipadas de Pessoal Permanente; Aviso Prévio (cumprido); Férias Vencidas e Proporcionais; Parcela Incorporada (ex-quintos e ex-décimos); Indenização de Habilitação Policial; Adiantamento do 13º Salário; 13º Salário Proporcional; Incentivo Funcional - Sanitarista; Abono Provisório; “Prólabore” de Procuradores; e outras despesas correlatas de caráter permanente. \* No âmbito da União, a Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso deverá ser paga como “Outras Despesas Correntes” no elemento 36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.

\*\*\* Obrigações Patronais Despesas orçamentárias com encargos que a administração tem pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência, inclusive a alíquota de contribuição suplementar para cobertura do déficit atuarial, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das contribuições de que trata este elemento de despesa.

FONTE: MTO EDIÇÃO 2020 – 9ª VERSÃO

## OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução %	AV%
41 - Contribuições*	22.612.680.176,11	22.034.160.326,33	97,44	55,93
81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas**	12.952.738.657,74	12.952.738.657,74	100,00	32,04

\*Contribuições Despesas orçamentárias às quais não correspondam contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo receptor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.

\*\*Despesas orçamentárias decorrentes da transferência a órgãos e entidades públicos, inclusive de outras esferas de governo, ou a instituições privadas, de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, prevista na Constituição ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do órgão transferidor.

FONTE: MTO EDIÇÃO 2020 – 9ª VERSÃO

Em análise vertical, dentro do grupo “Outras Despesas Correntes” o elemento de despesa que apresentou percentual mais expressivo foi “Contribuições”, com 55,93%, seguido de “Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas”, com 32,04.

Quanto às Despesas de Capital, o grupo que apresentou o maior percentual de execução foi o de “Investimentos”, com 99,55%, seguido do grupo “Inversões Financeiras”, o qual apresentou o percentual de execução equivalente a 70,21%.

Observa-se que dentro do grupo “Investimentos” o elemento de despesa que apresentou maior dotação atualizada foi “Auxílios”, que trata do repasse de recursos para atender ações como as do Plano de Ações Articuladas - PAR e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Demonstramos abaixo as principais despesas, por elemento de despesa, relativas ao grupo em questão:

Elemento de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução %
42 – Auxílios*	2.165.502.050,25	2.164.479.044,73	99,95
40 – Serviços Tecnol. da Informação e Comunicação**	7.246.755,07	6.073.023,51	83,80

\*Despesas orçamentárias destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

\*\*Despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos e entidades da Administração Pública, relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, não classificadas em outros elementos de despesa, tais como: locação de

equipamentos e softwares, desenvolvimento e manutenção de software, hospedagens de sistemas, comunicação de dados, serviços de telefonia fixa e móvel, quando integrarem pacote de comunicação de dados, suporte a usuários de TIC, suporte de infraestrutura de TIC, serviços técnicos profissionais de TIC, manutenção e conservação de equipamentos de TIC, digitalização, outsourcing de impressão e serviços relacionados a computação em nuvem, treinamento e capacitação em TIC, tratamento de dados, conteúdo de web; e outros congêneres.

FONTE: MTO EDIÇÃO 2020 – 9ª VERSÃO

Ainda dentro das Despesas de Capital, verifica-se que o grupo “Inversões Financeiras”, apresentou percentual de execução de 70,21%, referente às despesas empenhadas para aquisição de títulos do Tesouro Nacional pelo FIES. Ressalta-se que dentro deste grupo, o elemento de despesa que apresentou percentual mais expressivo foi “Concessão de Empréstimos e Financiamentos” com 93,71% de execução.

Na tabela a seguir demonstramos as principais despesas, por elemento de despesa, relativas ao grupo “Inversões Financeiras”:

Elemento de Despesa	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Execução %
66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos*	7.013.245.037,84	6.571.892.449,89	93,71
84 - Partic. em Fundos, Organismos ou Entid. Assemelhadas, Nac. e Internac. **	500.000.000,00	-	-

\*Despesas orçamentárias com a concessão de qualquer empréstimo ou financiamento, inclusive bolsas de estudo reembolsáveis.

\*\*Despesas orçamentárias relativas à participação em fundos, organismos, ou entidades assemelhadas, Nacionais e Internacionais, inclusive as decorrentes de integralização de cotas.

FONTE: MTO EDIÇÃO 2020 – 9ª VERSÃO

### 3.4.3. RECEITAS

No que tange às receitas, o artigo nº 11 da Lei nº 4.320/64 classifica a receita por categoria econômica como receitas correntes e receitas de capital, sendo que as Receitas Correntes representaram 92,64% da receita do FNDE, enquanto que as Receitas de Capital representaram 7,36%, conforme tabela a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	REALIZAÇÃO %	AV%
RECEITAS CORRENTES	24.155.036.835,00	23.759.744.257,86	98,36	92,64
RECEITAS DE CAPITAL	3.196.142.629,00	1.887.666.175,21	59,06	7,36
TOTAL RECEITAS	27.351.179.464,00	25.647.410.433,07	93,77	100

Dentro das Receitas Correntes, a maior arrecadação foi referente a “Contribuições Sociais”, no valor de R\$ 21.260.081.941,47, cerca de 83% do total das receitas do FNDE. Essa arrecadação é composta pelo Salário Educação que é uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º, da Constituição Federal. O recurso serve de fonte adicional de financiamento do ensino fundamental público, onde 1/3 é direcionado à União como receita vinculada ao FNDE, que faz o gerenciamento e transferência dos recursos aos estados e municípios.

No que se refere às Receitas de Capital, sua maior arrecadação (R\$ 1.887.666.175,21) diz respeito a “Amortização de Empréstimos”, a qual compõe 100% de todas as receitas de capital. Essas receitas são oriundas da amortização de empréstimos concedidos a estudantes através da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, agentes financeiros do FIES, e também da recompra de títulos públicos das entidades mantenedoras das instituições de ensino superior.

De acordo com análise do Balanço Orçamentário, elencamos as receitas que apresentaram percentuais mais expressivos quanto à sua realização, conforme quadro abaixo:

<b>Receitas</b>	<b>Realização %</b>
Demais Receitas Correntes	3421,87
Indenização, Restituições e Ressarcimentos	1648,65
Serviços e Atividades Financeiras	187
Valores Mobiliários	175,68
Contribuições Sociais	93,61

Conforme demonstrado no quadro acima, verifica-se que as receitas mais expressivas quanto à realização, são receitas correntes.

Quanto à realização da receita “Demais Receitas Correntes”, vê-se que seu percentual foi bastante expressivo. Conforme demonstrado no balanço orçamentário, foi estimada na previsão atualizada a arrecadação do valor de R\$ 8.100,00, com arrecadação realizada até o encerramento do trimestre no valor de R\$ 277.171,32. Ressalte-se que a referida receita é oriunda de outras receitas primárias.

Sobre as receitas “Indenização, Restituições e Ressarcimentos”, observa-se que apresentaram um percentual bastante expressivo 1648,65% na sua realização. O referido percentual é justificado, principalmente, pela ausência de previsão para as naturezas de receita 19220111 (restituição de convênios-primarias-principal) e 19220112 (restituição de convênios-primarias-mul.jur), tendo em vista que ambas não são receitas próprias do FNDE e sim Fonte do Tesouro Nacional.

É importante esclarecer que a previsão atualizada foi realizada somente para as naturezas de receita 19229911 (outras restituições-principal), onde foi previsto o valor de R\$ 16.349.903,00, sendo realizado até o fim do 4º trimestre de 2020 o valor de 3.171.317,88), o que representa o percentual de cerca de 19% de realização, e a 19229912 (outras restituições-multas e juros), sendo previsto o valor de R\$ 8.083,00, e tendo realizado o valor de R\$ 557.395,76, o que representa o percentual de 6895,9% de realização.

Quanto ao valor de R\$ 269.685.418,12, arrecadado até o final do 4º trimestre, conforme demonstrado no Balanço Orçamentário, observa-se que R\$ 265.956.704,48 (98,62%) são receitas do Tesouro Nacional, pertencendo ao FNDE somente o valor de R\$ 3.728.713,64 (1,38%).

No que tange à realização da receita “Serviços e Atividades Financeiras”, verificou-se o percentual bastante relevante de 187%. Foi estimada arrecadação inicial no valor de R\$ 729.194.441,00, sendo arrecadado até o final do trimestre o valor de R\$ 1.363.619.014,39, cerca de 5,32% das receitas arrecadadas. É importante informar que a receita “Serviços e Atividades Financeiras” é decorrente de juros e encargos financeiros relacionados às operações do FIES.

A respeito da realização da receita “Valores Mobiliários”, vê-se que seu percentual foi de 175,68%. Conforme demonstrado no balanço orçamentário, foi estimada na previsão atualizada a arrecadação do valor de R\$ 312.747.692,00, com arrecadação realizada até o encerramento do trimestre no valor de R\$ 549.436.938,56. Ressalta-se que a referida receita é oriunda da remuneração de depósitos bancários (rendimentos de aplicações) e juros/multas de títulos de renda.

Por fim, cabe mencionar a realização da receita “Contribuições Sociais”, a qual apresentou percentual de 93,61%, com valor de arrecadação de R\$ 21.260.081.941,47. Essa arrecadação é composta pelo Salário Educação que é uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º, da Constituição Federal. O recurso serve de fonte adicional de financiamento do ensino fundamental público, onde 1/3 é direcionado à União como receita

vinculada ao FNDE, que faz o gerenciamento e transferência dos recursos aos estados e municípios. Cabe ressaltar que a referida arrecadação representa cerca de 83% das receitas do FNDE.

A tabela a seguir demonstra a composição das principais receitas arrecadadas pelo FNDE, por valores monetários, até o final do trimestre:

<b>Receita</b>	<b>Realização</b>	<b>AV%</b>
Contribuições Sociais	21.260.081.941,47	82,89
Amortização de Empréstimos	1.887.666.175,21	7,36
Serviços e Atividades Financeiras	1.363.619.014,39	5,32

#### **3.4.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE RESTOS A PAGAR**

Conforme Art. 36 da Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

O Decreto nº 93.872/1986 traz a seguinte redação a respeito de Restos a Pagar:

*Art. 67. Considerem-se Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas (Lei nº 4.320/64, art. 36).*

*§ 1º Entendem-se por processadas e não processadas, respectivamente, as despesas liquidadas e as não liquidadas, na forma prevista neste decreto.*

Nesse sentido, os Restos a Pagar não Processados/RPNP, referem-se às despesas que foram empenhadas no exercício corrente, no entanto, devido a diversos fatores como não entrega de bens ou serviços, não foram liquidadas até o encerramento do exercício.

Na execução de Restos a Pagar no âmbito do FNDE, observa-se que os valores liquidados até o final do 4º trimestre (6.712.887.905,35) a maior parte foi devidamente paga, faltando a liquidar, ao longo do exercício, os compromissos no valor de R\$ 7.147.594.581,06, os quais se referem a efetivação dos principais programas de políticas educacionais desta Autarquia.

A tabela a seguir demonstra a execução de Restos a Pagar no âmbito do FNDE por saldos:

<b>U. O</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Reinscritos</b>	<b>Liquidados</b>	<b>Pagos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Saldo</b>
FNDE	12.786.257.452,25	7.539.267.808,56	6.712.887.905,35	6.712.887.905,35	6.465.042.774,40	7.147.594.581,06

A tabela a seguir apresenta a execução de Restos a Pagar por Fonte de Recursos:

<b>Fonte Recursos</b>	<b>INSCRITOS</b>	<b>REINSCRITOS</b>	<b>CANCELADOS</b>	<b>LIQUIDADOS</b>	<b>PAGOS</b>
00	3.704.625.953,94	4.831.451.668,95	4.603.881.155,25	1.774.184.398,83	1.774.184.398,83
08	1.218.880.534,72	43.201.253,24	37.936.595,37	870.528.632,01	870.528.632,01
12		3.436.385,22	2.677.799,75	758.585,47	758.585,47
13	4.842.688.355,58	958.179.685,14	536.806.194,11	3.425.949.680,06	3.425.949.680,06

29	400.474.659,89			400.474.659,89	400.474.659,89
42	251.864.996,79		154.782,41	105.171.993,64	105.171.993,64
44	62.192.540,74	123.505.035,68	111.566.610,77	20.488.105,01	20.488.105,01
48	304.727,28	120.000,00	120.000,00	184.719,60	184.719,60
50	348.329,94	335.876,15	177.092,47	233.868,61	233.868,61
51	7.320.000,00	646.520,14	2.577,52	7.961.535,55	7.961.535,55
80	1.530.392.412,38	1.164.202.641,72	946.267.289,12	171.728,43	171.728,43
86	10.076.205,00	202.404.784,00	202.659.384,00	9.821.605,00	9.821.605,00
88	689.116.739,80	195.699.879,92	6.579.162,35	89.971.907,18	89.971.907,18
93	67.971.996,19	16.084.078,40	16.214.131,28	6.986.486,07	6.986.486,07
<b>Total</b>	<b>12.786.257.452,25</b>	<b>7.539.267.808,56</b>	<b>6.465.042.774,40</b>	<b>6.712.887.905,35</b>	<b>6.712.887.905,35</b>

FONTES: TESOURO GERENCIAL

### 3.4.5. EXECUÇÃO DE RECURSOS RELACIONADOS À COVID/19

No que se refere à execução orçamentária de despesas com o enfrentamento da calamidade pública nacional (despesas com COVID-19), esclarecemos que o FNDE não recebeu ação orçamentária (21C0) específica para a pandemia. Identificamos, entretanto, que foram realizados gastos com plano orçamentário específico para essas despesas (PO – CV19).

No PO CV19, foram realizados gastos nas ações orçamentárias 0509 (Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica) e 0515 (Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica), conforme tabela abaixo:

Plano Orçamentário	Ação Governo	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
<b>CV19</b>	<b>0509</b>	2.123.250	2.123.250	623.250	
	<b>0515</b>	672.733.046	672.179.815	443.996.487	443.996.487
<b>Total Geral</b>		<b>674.856.296</b>	<b>674.303.065</b>	<b>444.619.737</b>	<b>443.996.487</b>

### 3.5. BALANÇO FINANCEIRO/DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

De acordo com o artigo nº 103 da Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

#### 3.5.1. INGRESSOS

Em análise ao Balanço Financeiro observa-se que os ingressos apresentaram redução de 12,28%, ocasionado, principalmente, pelo decréscimo de 19,57% nas “Transferências Financeiras Recebidas”, o equivalente a R\$ 11,03 bilhões. O subitem que mais contribuiu para a referida baixa foi “Resultantes da Execução Orçamentária”, que demonstrou decréscimo de 25,37%, cerca de R\$ 13,60 bilhões.

A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais itens que compõem os ingressos:

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	AH%	AV%
Receitas Orçamentárias	25.647.410.433,07	26.134.126.486,78	-1,86	28,50

Transferências Financeiras Recebidas	45.367.684.414,67	56.407.510.355,03	-19,57	50,41
Recebimentos Extraorçamentários	11.492.468.560,61	15.082.107.304,83	-23,80	12,77
Saldo do Exercício Anterior	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40	50,77	8,32
<b>TOTAL</b>	<b>89.999.183.587,46</b>	<b>102.592.524.128,04</b>	<b>-12,28</b>	<b>100,00</b>

Conforme tabela a seguir, verifica-se que as Receitas Orçamentárias demonstraram redução de 1,86% em relação ao exercício de 2019, cerca de R\$ 486.716.053,71. Cabe ressaltar que as receitas em questão representam 28,5% do total dos ingressos.

Dentro das Receitas Orçamentárias os itens que demonstraram percentuais mais significativos e que influenciaram na baixa das Receitas Orçamentárias foram “Educação”, com baixa de 7,74%, cerca de R\$ 700,01 milhões e “Transferências Constitucionais e Legais”, com redução de 6,27%, cerca de R\$ 781,43 milhões.

Outro item que desperta atenção é “Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas”, o qual apresentou aumento de cerca de 22%, cerca de R\$ 713,91 milhões, amenizando o impacto negativo nas Receitas Orçamentárias.

A tabela abaixo apresenta a evolução dos principais itens que compõem as Receitas Orçamentárias:

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	SALDO	AH%	AV%
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>25.647.410.433,07</b>	<b>26.134.126.486,78</b>	<b>-486.716.053,71</b>	<b>-1,86</b>	<b>28,50</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-			
<b>Vinculadas</b>	<b>24.199.183.974,11</b>	<b>24.818.079.349,71</b>	<b>-618.895.375,60</b>	<b>-2,49</b>	<b>26,89</b>
Educação	8.348.304.588,32	9.048.324.124,18	-700.019.535,86	-7,74	9,28
Previdência Social (RPPS)	-	-			
Transferências Constitucionais e Legais	11.691.486.792,50	12.472.920.572,85	-781.433.780,35	-6,27	12,99
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.010.746.465,40	3.296.834.652,68	713.911.812,72	21,65	4,46
Recursos a Classificar	148.646.127,89				
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	<b>1.448.226.458,96</b>	<b>1.316.047.137,07</b>	<b>132.179.321,89</b>	<b>10,04</b>	<b>1,61</b>

Sobre as Transferências Financeiras Recebidas, observa-se redução de 19,57%, cerca de R\$ 11,03 bilhões, ocasionada pela redução de 17,2% do item “Repasse Recebido”, cerca de R\$ 7,53 bilhões, e pela baixa de 61,74% do item “Sub-Repasse Recebido”, cerca de R\$ 6,07 bilhões.

Outro item que merece atenção é “Independentes da Execução Orçamentária”, o qual apresentou aumento expressivo de 92,06%, cerca de R\$ 2,56 bilhões. Cabe ressaltar que o aumento neste item foi impulsionado pelo acréscimo significativo no subitem “Transferências Recebidas para Pagamento de RP”, que demonstrou crescimento de cerca de 74,79%, o equivalente a R\$ 3,04 bilhões.

A tabela abaixo apresenta a segregação dos componentes do item Transferências Financeiras Recebidas:

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	SALDO	AH%
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>45.367.684.414,67</b>	<b>56.407.510.355,03</b>	<b>-11.039.825.940,36</b>	<b>-19,57</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	40.014.258.686,44	53.620.201.263,47	-13.605.942.577,03	-25,37
Repasse Recebido	36.250.292.562,06	43.781.917.899,56	-7.531.625.337,50	-17,20
Sub-repasse Recebido	3.763.966.124,38	9.838.283.363,91	-6.074.317.239,53	-61,74
Independentes da Execução Orçamentária	5.353.425.728,23	2.787.309.091,56	2.566.116.636,67	92,06
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.110.547.438,32	4.067.945.606,43	3.042.601.831,89	74,79

Demais Transferências Recebidas	8.721.263,89	11.809.798,79	-3.088.534,90	-26,15
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-1.765.842.973,98	-1.292.446.313,66	-473.396.660,32	36,63
Aporte ao RPPS	-	-		
Aporte ao RGPS	-	-		

Com relação aos “Recebimentos Extraorçamentários”, a tabela abaixo demonstra a análise horizontal dos itens mais relevantes:

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	SALDO	AH%
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>11.492.468.560,61</b>	<b>15.082.107.304,83</b>	<b>-3.589.638.744,22</b>	<b>-23,80</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	14.426.982,49	15.236.647,32	-809.664,83	-5,31
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	10.248.690.375,06	12.786.257.452,25	-2.537.567.077,19	-19,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.229.241.853,10	2.280.605.040,74	-1.051.363.187,64	-46,10
Outros Recebimentos Extraorçamentários	109.349,96	8.164,52	101.185,44	1.239,33
Restituições a Pagar	75.059,71	8.164,52	66.895,19	819,34
Demais Recebimentos	34.290,25			

Verifica-se conforme demonstrado na tabela acima, que os itens que mais influenciaram no decréscimo dos “Recebimentos Extraorçamentários” foi “Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados” que representa 11,39% dos ingressos e teve redução percentual de 19,85%, o equivalente a R\$ 2,53 bilhões, e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, que por sua vez, apresentou redução de cerca de 46%, o equivalente a R\$ 1,05 bilhões.

Cabe citar ainda, o subitem “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, que apesar de apresentar um aumento percentual bastante expressivo, cerca de 1.239%, em valores monetários apresentou aumento de R\$ 101.185,44, impulsionado pelo aumento de “Restituições a Pagar”, que também teve aumento percentual bastante expressivo, cerca de 819%, no entanto, em valores monetários apresentou aumento inexpressivo de R\$ 66.895,19.

Sobre o item “Saldo do Exercício Anterior”, este apresentou aumento expressivo de 50,77%, tendo em vista o aumento de “Caixa e Equivalentes de Caixa”. É importante ressaltar que “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado Balanço Financeiro corresponde a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial” apresentado na **Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC**, o qual somado à “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, obtida através do confronto entre “Fluxo de Caixa das Atividades das Operações” e “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, também apresentados na DFC, resulta em “Caixa e Equivalentes de Caixa Final”, o qual indica o saldo para o exercício seguinte no quadro dos dispêndios no Balanço Financeiro.

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	SALDO	AH%	AV%
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>7.491.620.179,11</b>	<b>4.968.779.981,40</b>	<b>2.522.840.197,71</b>	<b>50,77</b>	<b>8,32</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.491.620.179,11	4.968.779.981,40	2.522.840.197,71	50,77	8,32

### 3.5.2. DISPÊNDIOS



No que tange aos dispêndios, pode-se observar que estes apresentaram decréscimo de 12,28%. Em análise horizontal ao Balanço Financeiro, constata-se que os itens que demonstraram redução foram “Transferências Financeiras Concedidas”, com percentual de 23,9%, e “Despesas Orçamentárias”, com baixa de 15,01%, o que impactou diretamente no aumento do item “Saldo para o Exercício Seguinte”. Cabe ressaltar que “Saldo para o Exercício Seguinte” é obtido da soma de “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” com “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, conforme demonstrado na DFC e já mencionado no tópico dos Ingressos.

Com relação aos demais itens, “Pagamentos Extraorçamentários” e “Saldo para o Exercício Seguinte”, estes demonstraram aumento percentual de 35,07% e 20,13, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os principais grupos em valores monetários, bem como a composição dentro dos Dispendios:

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	SALDO	AH%	AV%
Despesas Orçamentárias	47.931.776.674,75	56.394.563.502,38	-8.462.786.827,63	-15,01	53,26
Transferências Financeiras Concedidas	24.793.157.279,92	32.580.484.037,16	-7.787.326.757,24	-23,90	27,55
Pagamentos Extraorçamentários	8.274.483.318,17	6.125.856.409,39	2.148.626.908,78	35,07	9,19
Saldo para o Exercício Seguinte	8.999.766.314,62	7.491.620.179,11	1.508.146.135,51	20,13	10,00
<b>TOTAL</b>	<b>89.999.183.587,46</b>	<b>102.592.524.128,04</b>	<b>-12.593.340.540,58</b>	<b>-12,28</b>	<b>100,00</b>

Dentro do grupo “Despesas Orçamentárias”, o item que mais se destacou foi “Ordinárias”, com baixa de 42,75%, cerca de 8,46 bilhões, e “Vinculadas”, com um aumento de 6,33%, o equivalente a 2,01 bilhões, ocasionado, principalmente, pelo aumento de 31,93% do subitem “Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas”, conforme tabela a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	SALDO	AH%
<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>47.931.776.674,75</b>	<b>56.394.563.502,38</b>	<b>-8.462.786.827,63</b>	<b>-15,01</b>
<b>Ordinárias</b>	<b>14.038.922.807,39</b>	<b>24.520.815.944,20</b>	<b>-10.481.893.136,81</b>	<b>-42,75</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>33.892.853.867,36</b>	<b>31.873.747.558,18</b>	<b>2.019.106.309,18</b>	<b>6,33</b>
Educação	9.111.641.569,82	10.122.956.366,41	-1.011.314.796,59	-9,99
Seguridade Social (Exceto Previdência)	33.332.865,62	7.320.000,00		
Previdência Social (RPPS)	27.202.056,83	28.617.324,34	-1.415.267,51	-4,95
Receitas Financeiras		689.116.739,80		
Dívida Pública	798.859.832,01	248.484.066,28	550.375.765,73	221,49
Transferências Constitucionais e Legais	13.626.397.124,00	12.973.328.408,00	653.068.716,00	5,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	10.295.420.419,08	7.803.924.653,35	2.491.495.765,73	31,93

Com relação ao grupo “Transferências Financeiras Concedidas”, cabe destacar que os componentes mais relevantes foram: “Demais Transferências Concedidas”, o qual evidenciou um aumento muito relevante de 371,25%, “Repasso Devolvido”, o qual evidenciou redução de 91,03%, e “Sub-repasso Concedido”, que por sua vez demonstrou baixa de 61,74%, conforme exposto a seguir:

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	AH%
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>24.793.157.279,92</b>	<b>32.580.484.037,16</b>	<b>-23,90</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	4.474.749.911,08	10.590.405.027,83	-57,75

Repasso Concedido	702.037.670,73	654.644.567,65	7,24
Sub-repasso Concedido	3.763.966.124,38	9.838.283.363,91	-61,74
Repasso Devolvido	8.746.115,97	97.477.096,27	-91,03
Independentes da Execução Orçamentária	20.318.407.368,84	21.990.079.009,33	-7,60
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	535.498.902,49	809.876.452,48	-33,88
Demais Transferências Concedidas	10.991.812,87	2.332.503,00	371,25
Movimento de Saldos Patrimoniais	19.771.916.653,48	21.177.870.053,85	-6,64
Aporte ao RPPS	-	-	
Aporte ao RGPS	-	-	

Com relação ao item “Pagamentos Extraorçamentários”, os componentes mais significativos foram “Pagamento dos Restos a Pagar não Processados”, o qual demonstrou aumento de cerca de 86%, e “Outros Pagamentos Extraorçamentários”, que, por sua vez, apresentou acréscimo de 38,58%.

Cabe acrescentar que os Pagamentos Extraorçamentários abrangem, principalmente, as devoluções de recursos referentes a cauções, avais e fianças retidos como garantia do cumprimento de contratos firmados, e os Restos a Pagar de exercícios anteriores. Ressalta-se ainda, que as referidas despesas não são consignadas na LOA do exercício corrente. Sendo assim, sua execução independe de autorização legislativa no exercício atual.

A seguir, a tabela demonstra os principais itens e sua composição dentro de Pagamentos Extraorçamentários:

ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	AH%
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>8.274.483.318,17</b>	<b>6.125.856.409,39</b>	<b>35,07</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	26.292.268,65	19.859.571,99	32,39
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	6.712.887.905,35	3.598.497.213,82	86,55
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.231.837.793,98	2.288.512.452,06	-46,17
Outros Pagamentos Extraorçamentários	303.465.350,19	218.987.171,52	38,58
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	303.465.350,19	218.986.471,52	38,58
Demais Pagamentos		700,00	

### 3.5.3. RESULTADO FINANCEIRO

De acordo com o artigo nº 101 da Lei nº 4.320/64, os resultados gerais do exercício serão demonstrados nos Balanços. Assim, o Balanço Financeiro demonstrará o resultado financeiro obtido no exercício.

Quando confrontados os ingressos e dispêndios demonstrados no Balanço Financeiro é possível apurar o Resultado Financeiro, o qual poderá ser deficitário, quando os dispêndios forem maiores que os ingressos, ou superavitário, quando os ingressos forem maiores que os dispêndios.

Em análise ao Balanço Financeiro do 4º trimestre de 2020, vê-se que o Resultado Financeiro apurado foi superavitário em cerca de R\$ 1,5 bilhões, e sua formação é detalhada na tabela apresentada na sequência, comparando-o ao mesmo período de 2019:

	2020	2019	AH %	SALDO
<b>(+) INGRESSOS</b>	89.999.183.587,46	102.592.524.128,04	-12,28	(12.593.340.540,58)
<b>(-) DISPÊNDIOS</b>	80.999.417.272,84	95.100.903.948,93	-14,83	(14.101.486.676,09)
<b>(=) RESULTADO FINANCEIRO</b>	8.999.766.314,62	7.491.620.179,11	20,13	1.508.146.135,51

Observa-se da tabela acima que o Resultado Financeiro apresentou um aumento de 20,13%. Este aumento é justificado pela redução de 14,83% dos dispêndios, o que representa em valores monetários cerca de R\$ 14,1 bilhões.

A ocorrência dos ingressos e/ou dispêndios durante o exercício afeta diretamente as disponibilidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o caixa da entidade.

Por meio da **Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC** também é possível apurar o Resultado Financeiro do Órgão através do confronto dos ingressos com os desembolsos. Quando confrontados o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades das Operacionais” com o saldo de “Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento”, desta Autarquia, encontra-se “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa”, que somado a “Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial”, apura-se o Resultado Financeiro, que será equivalente ao “Saldo para Exercício Seguinte”, demonstrado no Balanço Financeiro, e ao saldo de “Caixa e Equivalentes de Caixa” demonstrado no Balanço Patrimonial.